



OAB 41º EXAME

PROVA COMENTADA



APRESENTAÇÃO

Olá, futuro Advogado(a), tudo certo?!

Em 28/07/2024, foi aplicada a prova da primeira fase do **XLI Exame da Ordem dos Advogados do Brasil**. Assim que encerrada, nosso time de professores elaborou o gabarito extraoficial e analisou o gabarito oficial da FGV, os quais serão apresentados juntamente com a nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 1 questão passível de recurso e/ou anulação, por apresentar duas alternativas corretas. No tipo de prova comentado, trata-se da questão 32.

De modo complementar, elaboramos também um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, observarem os comentários, e comentarem as questões da prova:

<https://oab.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/419dbcfb-cff7-401c-b903-f00a12b30919>

Por fim, vocês poderão acompanhar os eventos e cursos para a fase discursiva, bem como outras novidades envolvendo o Exame de Ordem no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia OAB - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Rodadas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA - XLI EXAME DE ORDEM

QUESTÃO 01. A advogada Marina prestou consultoria na área de Direito Tributário para uma sociedade empresária, analisando um tema importante para as funções da referida pessoa jurídica. Sobre a atividade da advogada, de acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

- a) A mencionada consultoria deve ser prestada exclusivamente de modo escrito e pressupõe formalização de contrato de honorários.
- b) Se a pessoa jurídica e a advogada assim acordarem, independentemente de mandato ou mesmo da formalização do contrato de honorários, é possível a prestação da consultoria por escrito ou verbalmente.
- c) Caso a consultoria seja prestada verbalmente, a concordância com essa forma deve ser expressa por ambas as partes em contrato escrito de prestação de serviços advocatícios.
- d) A consultoria prestada por Marina pode ser realizada de modo escrito ou verbalmente e, assim, o contrato de prestação de serviços advocatícios pode ser verbal ou escrito, mas é necessária a outorga de mandato.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre consultoria prestada pelo advogado, requerendo conhecimento do artigo 5º, §4, do EOAB.

A alternativa A está errada. A consultoria também poderá ser prestada de maneira verbal, a qual independe de outorga de mandato ou de formalização por contrato de honorários, nos termos do art. 5º, §4, do EOAB. A saber: “§ 4º As atividades de consultoria e assessoria jurídicas podem ser exercidas de modo verbal ou por escrito, a critério do advogado e do cliente, e independem de outorga de mandato ou de formalização por contrato de honorários”.

A alternativa B está correta. Nos termos do art. 5º, §4º do EOAB, a consultoria independe da disposição de contrato e sequer que seja outorgada a procuração, bastando, nesse sentido, que a consultoria aconteça. A consultoria pode ser feita de maneira escrita ou verbal, independente de mandato ou de contrato de honorários. Vejamos: “§ 4º As atividades de consultoria e assessoria jurídicas podem ser exercidas de modo verbal ou por escrito, a critério do advogado e do cliente, e independem de outorga de mandato ou de formalização por contrato de honorários”.

A alternativa C está incorreta. A consultoria poderá ser prestada de modo verbal, contudo, independente de formalização de contrato escrito de prestação de serviços advocatícios, nos termos do art. 5º, §4, do EOAB. A saber: “§ 4º As atividades de consultoria e assessoria jurídicas podem ser exercidas de modo verbal ou por escrito, a critério do advogado e do cliente, e independem de outorga de mandato ou de formalização por contrato de honorários.”.

A alternativa D está incorreta. Ao contrário do que afirma a assertiva, é desnecessária a outorga de mandato, conforme prevê o art. 5º, §4, do EOAB: “§ 4º As atividades de consultoria e assessoria jurídicas podem ser exercidas de modo verbal ou por escrito, a critério do advogado e do cliente, e independem de outorga de mandato ou de formalização por contrato de honorários”.

QUESTÃO 02. O Conselho Seccional da OAB do Estado Alfa, por meio do seu Tribunal de Ética e Disciplina, instaurou processo disciplinar, ao fim do qual foi aplicada a pena de suspensão do advogado Daniel pelo prazo de seis meses pela conduta prevista no Art. 34, inciso XXX, do Estatuto da Advocacia (“praticar assédio moral, sexual ou discriminação”). Os mesmos fatos ensejaram a propositura de ação penal por parte do Ministério Público, sobrevivendo, na instância criminal, a condenação de Daniel à pena de um ano de detenção, em regime aberto, substituída por uma pena restritiva de direitos.

A decisão proferida na instância disciplinar transitou em julgado e já foi cumprida por Daniel há mais de um ano, ao passo que, na instância criminal, a execução da pena restritiva de direito encontra-se em curso.

Com base nessa situação hipotética, considerando o instituto da reabilitação disciplinar, assinale a afirmativa correta.

a) Daniel pode requerer a reabilitação perante o órgão competente da OAB, porque decorrido mais de um ano do cumprimento da sanção disciplinar, a qual será irrecusável por se tratar de direito subjetivo do advogado.

b) Embora decorrido mais de um ano do cumprimento da sanção disciplinar, Daniel ainda não faz jus à reabilitação disciplinar, mesmo que haja provas efetivas de bom comportamento, visto que o pedido de reabilitação depende também da correspondente reabilitação criminal.

c) Havendo provas efetivas de bom comportamento, Daniel fará jus à reabilitação da sanção disciplinar que lhe foi imposta, porquanto decorrido mais de um ano do seu cumprimento, independentemente da reabilitação criminal, visto que há independência entre as instâncias.

d) Caso decida requerer a reabilitação, Daniel deverá protocolar seu pedido diretamente no Conselho Federal da OAB, instância competente para revisar as decisões do Conselho Seccional e apreciar pedidos de reabilitação disciplinar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata acerca do processo reabilitação.

A alternativa A está incorreta. O advogado poderá requerer a sua reabilitação, reúna provas efetivas de bom comportamento e, nesse caso também, da correspondente reabilitação criminal, nos termos do art. 41, parágrafo único, da EOAB. A saber: “Art. 41. É permitido ao que tenha sofrido qualquer sanção disciplinar requerer, um ano após seu cumprimento, a reabilitação, em face de provas efetivas de bom comportamento. Parágrafo único. Quando a sanção disciplinar resultar da prática de crime, o pedido de

reabilitação depende também da correspondente reabilitação criminal.” Ou seja, não se trata de um direito subjetivo automático.

A alternativa B está correta. Nos termos do art. 41, parágrafo único, da EOAB: “Quando a sanção disciplinar resultar da prática de crime, o pedido de reabilitação depende também da correspondente reabilitação criminal.” Nessa questão o candidato deveria estar atento à parte final da assertiva “(...) o pedido de reabilitação depende também da correspondente reabilitação criminal.” Ainda que o advogado tenha bom comportamento, dependerá da reabilitação criminal. Dessa forma, com o trânsito em julgado da reabilitação criminal, o advogado em processo de reabilitação fará prova junto ao Conselho Seccional, conseguindo sua inscrição novamente. Vejamos: “Parágrafo único. Quando a sanção disciplinar resultar da prática de crime, o pedido de reabilitação depende também da correspondente reabilitação criminal.”

A alternativa C está incorreta. O processo de reabilitação não se satisfaz apenas com a prova de bom comportamento, sendo necessária a reabilitação criminal, conforme determina o art. 41, parágrafo único, da EOAB.

A alternativa D está incorreta. Aqui o examinando deveria estar atento ao fato de que o processo de reabilitação não é um recurso, sendo um procedimento específico portanto. Logo, não é de competência do Conselho Federal da OAB competente para apreciar pedidos de reabilitação disciplinar.

QUESTÃO 03. Ana Júlia, recentemente aprovada no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil, aspira exercer sua nova atividade profissional de maneira comprometida com os deveres éticos e valores inerentes à elevada função pública da profissão. Nesse sentido, assinale a afirmativa que corretamente descreve a hipótese de cumprimento de dever ético por Ana Júlia.

a) Ana Júlia deverá, sempre que possível, estimular a conciliação e a mediação entre os litigantes, entendendo-se diretamente com a parte adversa, cujo eventual patrono constituído, na hipótese de haver a solução do conflito, deverá ser ulteriormente comunicado.

b) Nos pleitos administrativos ou judiciais em que ingressar, Ana Júlia deverá atuar com destemor e independência, especialmente perante aquelas autoridades com as quais tenha vínculos negociais ou familiares.

c) Ana Júlia deverá pugnar pela solução dos problemas da cidadania e pela efetivação dos direitos individuais, coletivos e difusos, dever que pode ser cumprido, por exemplo, com a adoção de política permanente de contratação de honorários advocatícios em valores abaixo da tabela da OAB.

d) No exercício do seu mandato, Ana Júlia deverá atuar como patrona da parte e, portanto, imprimir à causa orientação que lhe pareça mais adequada, procurando esclarecer a estratégia traçada ao cliente, mas sem se subordinar às suas intenções contrárias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre os deveres éticos e valores da advocacia.

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, Ana Júlia deverá estimular, a qualquer tempo, a conciliação e a mediação entre os litigantes, prevenindo que ocorra a instauração do litígio, nos termos do art. 2º, VI do Código de Ética e Disciplina da OAB. Portanto, a comunicação deve ser feita desde logo na hipótese de haver a solução do conflito.

A alternativa B está incorreta. Ana Júlia não poderá atuar em causas em que figurar como parte autoridades com as quais tenha vínculos negociais ou familiares, conforme determina o art. 2º, VIII, alínea e, do Código de Ética e Disciplina da OAB.

A alternativa C está incorreta. Ana Júlia poderá atuar em causas em que envolvam direitos individuais, coletivos e difusos direitos individuais, coletivos e difusos, mas sem submeter seus serviços prestados mediante remuneração inferior ao mínimo fixado pela Tabela de Honorários que for aplicável, conforme prevê o art. 29 do Código de Ética e Disciplina da OAB.

A alternativa D está correta. A alternativa expressa o que prevê a literalidade do art. 11 do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, a saber: “O advogado, no exercício do mandato, atua como patrono da parte, cumprindo-lhe, por isso, imprimir à causa orientação que lhe pareça mais adequada, sem se subordinar a intenções contrárias do cliente, mas, antes, procurando esclarecê-lo quanto à estratégia traçada.”

QUESTÃO 04. Pedro Estrela, brasileiro, natural de Recife/PE, foi preso em flagrante por participar de esquema criminoso envolvendo pirâmides financeiras e por se apresentar como advogado, mesmo sem qualquer formação jurídica. Tendo obtido liberdade provisória, fugiu para o Equador, onde obteve graduação no curso de Direito, em faculdade local. Muitos anos depois, após ter extinta a punibilidade pelas infrações penais praticadas, decide voltar ao Brasil com a pretensão de exercer a advocacia. Quando da mudança para o Brasil, trouxe sua esposa equatoriana, Soraya, que já exercia a profissão de advogada no Equador. Considerando o enunciado acima, e a respeito da inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, assinale a afirmativa correta.

a) Pedro Estrela, desde que atendidos os demais requisitos para a inscrição como advogado, poderá exercer a advocacia no Brasil, independentemente de revalidação do seu diploma, diante do fato de ser brasileiro nato.

b) Soraya não poderá exercer a profissão de advogada no Brasil, ainda que cumpra os demais requisitos para inscrição na Ordem, porque títulos de graduação obtidos em instituições estrangeiras não são aceitos para comprovação da aptidão por estrangeiros.

c) O título de graduação obtido por Pedro em instituição estrangeira poderá ser aceito no Brasil, desde que devidamente revalidado, o que não lhe garantirá a inscrição na OAB, diante da necessidade de aprovação no Exame de Ordem, além do preenchimento dos demais requisitos legais, em especial a comprovação de idoneidade moral para a função.

d) Pedro e Soraya poderão exercer livremente a função de advogado no Brasil, desde que sejam aprovados no Exame de Ordem, porque a aprovação nesse certame convalida os diplomas obtidos no exterior.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a revalidação de diploma de brasileiro e estrangeiro graduado em direito fora do Brasil.

A alternativa A está incorreta. Pedro Estrela deverá realizar a revalidação do seu diploma, pois se graduou em Direito no Equador, nos termos do art. 8, §2º, da EOAB. Vejamos: “§ 2º O estrangeiro ou brasileiro, quando não graduado em direito no Brasil, deve fazer prova do título de graduação, obtido em instituição estrangeira, devidamente revalidado, além de atender aos demais requisitos previstos neste artigo.”

A alternativa B está incorreta. O diploma em Direito obtido por graduação em instituição fora do Brasil é aceita, desde que o diploma seja revalidado, nos termos do art. 8, §2º, da EOAB: “§ 2º O estrangeiro ou brasileiro, quando não graduado em direito no Brasil, deve fazer prova do título de graduação, obtido em instituição estrangeira, devidamente revalidado, além de atender aos demais requisitos previstos neste artigo.”

A alternativa C está correta. Tanto Pedro quanto Soraya, para requerer a inscrição, deverão requerer a revalidação do diploma, bem como, cumprirem os demais requisitos do art. 8º da EOAB: “§ 2º O estrangeiro ou brasileiro, quando não graduado em direito no Brasil, deve fazer prova do título de graduação, obtido em instituição estrangeira, devidamente revalidado, além de atender aos demais requisitos previstos neste artigo.”

A alternativa D está incorreta. O art. 8º, §2º, da EOAB prevê o seguinte: “§ 2º O estrangeiro ou brasileiro, quando não graduado em direito no Brasil, deve fazer prova do título de graduação, obtido em instituição estrangeira, devidamente revalidado, além de atender aos demais requisitos previstos neste artigo.” Portanto, para o exercício da advocacia é necessária a aprovação do Exame da Ordem, contudo, não convalida diplomas obtidos no exterior. Para isso, será necessário que requerer a revalidação do diploma, bem como, cumprirem os demais requisitos do art. 8º da EOAB.

QUESTÃO 05. Atena, médica oftalmologista, e Dionísio, advogado atuante em Direito de Família, são casados há 5 anos e residem em casa alugada na cidade de Uberaba/MG. Sendo ambos iniciantes em suas respectivas profissões e visando evitar gastos, decidem instalar seus escritórios profissionais na própria casa em que residem. Assim, montaram um consultório médico e um escritório de advocacia na parte frontal da residência e anunciaram conjuntamente, em outdoor próximo, os serviços médicos e advocatícios, em publicidade que ressaltou o fato de serem casados. Acerca dos limites das atividades de advocacia e da publicidade do advogado, conforme o Código de Ética e Disciplina e o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, assinale a afirmativa correta.

a) Atena e Dionísio poderão constituir seus escritórios profissionais no mesmo imóvel, bem como divulgar seus respectivos trabalhos conjuntamente, desde que o outdoor em que incluírem a publicidade seja de pequeno porte.

b) A divulgação dos serviços de advocacia em conjunto com serviços médicos não é vedada, desde que tenha caráter meramente informativo e zele pela discrição e sobriedade.

c) Dionísio não poderá anunciar seus serviços advocatícios em conjunto com outras atividades, ainda que com sua esposa que exerce a medicina, pois o Estatuto da Ordem e o Código de Ética e Disciplina proíbem tal conduta de forma peremptória.

d) A divulgação conjunta dos serviços médicos e advocatícios será permitida, excepcionalmente, neste caso, porque Atena e Dionísio são casados e moram na mesma residência, de modo que não lhes seria possível exigir conduta diversa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o exercício da advocacia em conjunto com outras atividades estranhas.

A alternativa A está incorreta. Atena e Dionísio não poderão divulgar seus trabalhos em conjunto, por ser atividade estranha à advocacia, pois o Estatuto de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil veda tal prática, nos termos do art. 16 da EOAB. Bem como, a publicidade em outdoors é vedada pelo Código de Ética e Disciplina da OAB, em seu art. 40, inciso II.

A alternativa B está incorreta. Eles não poderão divulgar seus trabalhos em conjunto, por ser atividade estranha à advocacia, sendo a prática vedada pelo Estatuto de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil, nos termos do art. 16 da EOAB.

A alternativa C está correta. Não é possível anunciar serviços advocatícios em conjunto com outras atividades estranhas à advocacia, nos termos do art. 16 da EOAB. Vejamos: “Art. 16. Não são admitidas a registro nem podem funcionar todas as espécies de sociedades de advogados que apresentem forma ou características de sociedade empresária, que adotem denominação de fantasia, que realizem atividades estranhas à advocacia, que incluam como sócio ou titular de sociedade unipessoal de advocacia pessoa não inscrita como advogado ou totalmente proibida de advogar. (Redação dada pela Lei nº 13.247, de 2016).”

A alternativa D está incorreta. Atena e Dionísio não poderão divulgar seus trabalhos em conjunto, nos termos do art. 16, da EOAB, sendo irrelevante o fato de serem casados.

QUESTÃO 06. O juízo criminal da Comarca de ABC expediu mandado de prisão preventiva em desfavor de Saulo, o qual, no momento do cumprimento da medida, telefonou para sua amiga, a advogada criminalista Janete, rogando-lhe verbalmente que verificasse as razões daquela prisão, bem como levantasse outras informações sobre a investigação contra si instaurada. Ao se dirigir à autoridade policial responsável, Janete foi informada de que não poderia ter acesso aos autos do flagrante e nem aos do respectivo caderno apuratório, uma vez que não apresentou prova do mandato e os autos estão integralmente submetidos a sigilo. Com base nessas informações, e considerados os direitos da advocacia, assinale a afirmativa correta.

a) A negativa de acesso aos autos, na hipótese, possui respaldo legal, uma vez que, estando os autos submetidos a sigilo, o acesso de Janete dependeria da apresentação de procuração.

b) O Estatuto da Advocacia e da OAB assegura o direito de Janete de examinar os autos do flagrante e do respectivo caderno apuratório, mesmo sem procuração, ainda que submetidos a sigilo.

c) Na hipótese de haver diligências em andamento, a negativa de acesso aos autos da investigação possui suporte legal, extensiva aos elementos de prova já documentados, oriundos de diligências finalizadas.

d) É vedado o fornecimento incompleto de autos ou o fornecimento de autos em que houve a retirada de peças relacionadas a diligências sigilosas em andamento, sob pena de responsabilização criminal e funcional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a prerrogativa do advogado a ter acesso amplo a tudo que já foi juntado aos autos.

A alternativa A está correta. Atenção, pois essa questão contém uma pegadinha, exigindo o conhecimento do §10, do art. 7º, da EOAB. Casos os autos de investigação estiverem em sigilo, será exigido a procuração do advogado. Portanto, a negativa está correta nesse sentido. Ainda, a autoridade competente poderá delimitar o acesso do advogado aos elementos de prova relacionados a diligências em andamento e ainda não documentados nos autos, quando houver risco de comprometimento da eficiência, da eficácia ou da finalidade das diligências, nos termos do §11. O art. 7º, XIV da EOAB, são direitos do advogado examinar, em qualquer instituição responsável por conduzir investigação, mesmo sem procuração, autos de flagrante e de investigações de qualquer natureza, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos, em meio físico ou digital. Nesse sentido, a Súmula Vinculante 14 prevê que é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa. O examinando deveria estar atento ao sigilo dos autos nesse sentido. Dessa forma, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 07. O empresário João Pedro, movido pelo sentimento de vingança, contrata o advogado Beraldo para propor ação de cobrança contra seu ex-sócio Marcos, apresentando frágeis documentos que comprovariam uma suposta dívida. A ação foi proposta e, concedida medida cautelar pelo juiz da causa, gerou diversos danos a Marcos, a partir da indisponibilidade de seus bens e do bloqueio de todos os seus ativos bancários initio litis. Ao final, porém, o pedido foi julgado totalmente improcedente, sendo expressamente reconhecida a lide temerária. Acerca da responsabilidade do advogado nessa hipotética situação, assinale a afirmativa correta.

a) Beraldo poderá ser responsabilizado subsidiariamente pelos prejuízos causados, caso demonstrada culpa ou dolo no exercício da profissão, o que deverá ser apurado nos próprios autos.

b) Beraldo e João Pedro poderão ser responsabilizados solidariamente pelos prejuízos causados, desde que demonstrada a coligação entre ambos para lesar Marcos, o que deverá ser apurado em ação própria.

c) Beraldo não poderá ser responsabilizado pelos prejuízos causados, pois o Estatuto da Advocacia e da OAB não prevê consequência jurídica para a hipótese de lide temerária.

d) Beraldo poderá ser responsabilizado solidariamente pelos prejuízos causados, desde que seja demonstrada a coligação com João Pedro para lesar Marcos, o que deverá ser apurado nos próprios autos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre lide temerária.

A alternativa A está incorreta. Beraldo será responsabilizado de maneira solidária, desde que, seja ambos estejam coligados visando lesar a Marcos, conforme prevê o art. 32, parágrafo único, da EOAB: “Em caso de lide temerária, o advogado será solidariamente responsável com seu cliente, desde que coligado com este para lesar a parte contrária, o que será apurado em ação própria.”

A alternativa B está correta. A assertiva corresponde exatamente à determinação do art. 32, parágrafo único, da EOAB: “Em caso de lide temerária, o advogado será solidariamente responsável com seu cliente, desde que coligado com este para lesar a parte contrária, o que será apurado em ação própria.”

A alternativa C está incorreta. Beraldo será responsabilizado de maneira solidária, conforme prevê o art. 32, parágrafo único, da EOAB: “Em caso de lide temerária, o advogado será **SOLIDARIAMENTE** responsável com seu cliente, desde que coligado com este para lesar a parte contrária, o que será apurado em ação própria.

A alternativa D está incorreta. Aqui o examinando deveria estar atento à apuração da lide temerária, a qual se fará em ação própria, não nos próprios autos, conforme assim determina o art. 32, parágrafo único, da EOAB: “Em caso de lide temerária, o advogado será solidariamente responsável com seu cliente, desde que coligado com este para lesar a parte contrária, o que será apurado em **AÇÃO PRÓPRIA**.”

QUESTÃO 08. Gilson, advogado recém inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, estava em dúvida entre constituir sociedade unipessoal de advocacia, o que, em seu entender, lhe traria maior autonomia e liberdade, ou aceitar a proposta recebida da sociedade empresária XYZ, para atuar como advogado empregado em regime de dedicação exclusiva. Após estudar a legislação correlata, Gilson aceitou a proposta de emprego da sociedade empresária XYZ. Acerca desse vínculo contratual, de acordo com o texto legal do Estatuto da Advocacia, assinale a afirmativa correta

a) Nas causas em que Gilson atuar como advogado empregado da empresa XYZ, ou de pessoa por esta representada, os honorários de sucumbência lhe pertencerão.

b) Gilson estará eticamente obrigado a prestar serviços profissionais de interesse pessoal dos diretores da sociedade empresária XYZ.

c) A jornada de trabalho de Gilson não poderá exceder a duração diária de 4 (quatro) horas contínuas e a de 20 (vinte) horas semanais.

d) Em virtude da dedicação exclusiva, Gilson não poderá ser remunerado pelas horas trabalhadas excedentes à jornada normal prevista na legislação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre os honorários de sucumbência.

A alternativa A está correta. Em se tratando de honorários de sucumbência de advogado de empresa, estes pertencem integralmente ao advogado empregado. Ao passo que, quando seu empregador é a sociedade de advogados, há a partilha dos honorários, conforme disposto no art. 21 da EOAB: “Nas causas em que for parte o empregador, ou pessoa por este representada, os honorários de sucumbência são devidos aos advogados empregados.”

A alternativa B está incorreta. A relação de emprego, na qualidade de advogado, não obriga Gilson à prestação de serviços profissionais de interesse pessoal dos empregadores, fora da relação de emprego, consoante o art. 18, §1º da EOAB.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do art. 20 da EOAB, a jornada de trabalho do advogado empregado, quando prestar serviço para empresas, não poderá exceder a duração diária de 8 (oito) horas contínuas e a de 40 (quarenta) horas semanais.

A alternativa D está incorreta. O trabalho em dedicação exclusiva não exime o empregador ao pagamento das horas extras, as quais deverão ser remuneradas por um adicional não inferior a cem por cento sobre o valor da hora normal, mesmo havendo contrato escrito, conforme prevê o art. 20, §2º da EOAB: “§ 2º As horas trabalhadas que excederem a jornada normal são remuneradas por um adicional não inferior a cem por cento sobre o valor da hora normal, mesmo havendo contrato escrito.”

QUESTÃO 09. A obra de Hans Kelsen é de fundamental importância para o Direito e segue estudada e discutida até os dias atuais.

Acerca de sua Teoria Pura do Direito, assinale a afirmativa correta.

a) O autor nega a influência e a conexão entre Sociologia, Ética e Política com o Direito, de modo que apenas ignorando essas disciplinas seria possível construir uma teoria verdadeiramente pura.

b) A pureza a que o autor alude possui sentido metodológico, diferenciando Direito da Ciência do Direito, a fim de excluir de sua análise tudo aquilo que não pertença ao seu objeto de estudo.

c) Em sua obra *Teoria Pura do Direito*, Kelsen trata de ciência jurídica e não política do Direito, motivo pelo qual busca responder como deve ser o Direito e como ele deve ser feito.

d) A conexão entre o Direito e os elementos essenciais à sua compreensão, como a Teoria Política, motivou Kelsen a incorporar esses elementos na elaboração da *Teoria Pura do Direito*, pois indissociáveis.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou sobre a obra “Teoria Pura do Direito” do jurista Hans Kelsen. Para o autor, a pureza da teoria do Direito tem uma finalidade metodológica fundamental, pois sua teoria busca justamente distinguir o “Direito” da “Ciência do Direito”, com bastante rigor em excluir da análise tudo o que não pertence estritamente ao objeto de estudo jurídico, de modo que a principal finalidade da pureza na análise é assegurar que a análise jurídica se mantenha objetiva e científica, isto é, sem influências externas (moral, política, sociologia, psicologia etc.). Hans Kelsen desenvolveu a “Teoria Pura do Direito” (*Reine Rechtslehre*) com o intuito de estabelecer uma base metodológica clara e precisa para o estudo do Direito. De acordo com o autor, o Direito deve ser compreendido como um sistema normativo coerente e autônomo, composto exclusivamente por normas jurídicas, propondo uma abordagem normativa que exclui qualquer elemento não jurídico para preservar a objetividade científica.

A alternativa A está incorreta, pois Hans Kelsen em sua obra não nega as influências exercidas pela Sociologia, Ética e Política ao Direito, mas ele busca uma ideia formal do Direito como ciência, de modo que as questões da ciência jurídica sejam respondidas pelo próprio Direito.

A alternativa C está incorreta, pois na obra “Teoria Pura do Direito”, o autor Hans Kelsen dá ênfase a distinção entre a “ciência jurídica” e a “política do Direito”. O enfoque da obra é responder à questão de “como o Direito deve ser compreendido e como ele deve ser estudado”, e não como o Direito deve ser feito ou quais conteúdos normativos ele deve incorporar.

A alternativa D está incorreta, pois muito embora na “Teoria Pura do Direito”, Hans Kelsen tenha reconhecido a conexão entre o Direito e outros elementos essenciais à sua compreensão (moral, política, sociologia etc.), essa conexão não significa que ele tenha incorporado diretamente a Teoria Política ou outros campos em sua Teoria Pura do Direito.

QUESTÃO 10. A regra da igualdade não consiste senão em quinhonar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualam. [...] Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real.

Rui Barbosa. Oração aos moços.

É comum encontrar frases de Rui Barbosa reproduzidas em sentenças, petições, sustentações orais ou mesmo estampadas em escritórios de advocacia ou gabinetes de juizes. O trecho acima é uma das frases mais conhecidas de Rui Barbosa.

A ideia central contida no trecho citado tem clara inspiração em

a) *A República*, de Platão.

b) *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles.

c) *Crítica da Razão Prática*, de Kant.

d) *Teoria Pura do Direito*, de Kelsen.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou sobre o tema justiça de acordo com a filosofia clássica de Aristóteles, alinhada ao pensamento de Rui Barbosa.

Aristóteles, em sua obra, discute o conceito de justiça e igualdade de maneira que ressoa fortemente com o princípio exposto por Rui Barbosa. Na obra "*Ética a Nicômaco*", Aristóteles faz uma distinção fundamental entre: - *Justiça Distributiva*: distribuir bens ou honras de acordo com o mérito, necessidade ou outra característica relevante das pessoas envolvidas. Essa forma de justiça leva em consideração as diferenças entre as pessoas e distribui os recursos de maneira proporcional a essas diferenças, e; - *Justiça Comutativa*: trocas e transações entre indivíduos, onde a justiça é alcançada quando o intercâmbio é feito de maneira igual, sem considerar as diferenças entre as partes envolvidas. Aristóteles entende que a justiça distributiva deve seguir a regra da igualdade proporcional, isto é, tratar desigualmente os desiguais na medida de suas desigualdades. O autor explica que a justiça deve atribuir a cada um o que lhe é devido de acordo com suas contribuições, méritos ou necessidades específicas. Ambos os pensadores (Aristóteles e Rui Barbosa) compartilham a compreensão de que a verdadeira justiça e igualdade envolvem tratar as pessoas de acordo com suas diferenças relevantes, promovendo assim uma igualdade substancial (não apenas formal). Assim, as alternativas A, C e D estão incorretas, conforme comentários à alternativa B.

QUESTÃO 11. Ao exercer o direito de petição, determinada pessoa jurídica estabelecida no território brasileiro precisou realizar o pagamento de taxa, para que o órgão administrativo competente analisasse a tese de que o agente público praticara uma ilegalidade em seu desfavor, o que lhe acarretou um ônus financeiro indevido. Tal pagamento foi cobrado com base no que dispõe a Lei Federal nº Y, recentemente publicada, que dispõe sobre essa exigência. Diante de tal contexto, assinale a opção que se harmoniza com o sistema constitucional brasileiro.

a) O referido pagamento é devido pela pessoa jurídica estabelecida no Brasil, na medida em que somente pessoas naturais, nacionais ou estrangeiras, podem exercer o direito de petição independentemente do pagamento de taxas.

b) Ao exigir o referido pagamento como requisito para a apreciação da ilegalidade noticiada, a Lei Federal nº Y é inconstitucional por afrontar o exercício do direito de petição.

c) Por ser um remédio constitucional direcionado ao âmbito jurisdicional, o direito de petição, sem pagamento de taxas, não é operativo na via administrativa, logo, a Lei Federal nº Y é constitucional.

d) A Lei Federal nº Y é válida, desde que, por meio de interpretação conforme a Constituição, seja entendido que o referido pagamento tem a sua exigibilidade restrita aos casos em que o direito de petição descreva abuso de poder.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão versa sobre o Direito de Petição.

A Petição é o instrumento utilizado para o administrado solicitar algo junto à administração, sendo endereçado a uma autoridade pública (não judicial). Tal instrumento está previsto no art. 5º, inciso XXXIV, alínea a da CF/88: “são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder”. Segundo o enunciado, ao exercer o direito de petição, determinada pessoa jurídica estabelecida no território brasileiro precisou realizar o pagamento de taxa, para que o órgão administrativo competente analisasse a tese de que o agente público praticara uma ilegalidade em seu desfavor, o que lhe acarretou um ônus financeiro indevido. Tal pagamento foi cobrado com base no que dispõe a Lei Federal nº Y. Vale ressaltar que o Direito de Petição independe do pagamento de taxas. Portanto, a Lei Federal nº Y é inconstitucional. As alternativas A, C e D estão incorretas, conforme o comentário sobre a alternativa B.

QUESTÃO 12. Uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) foi apresentada pelo Presidente da República à Câmara dos Deputados. Tal PEC, para alguns parlamentares, versa sobre matéria que é manifestamente ofensiva ao núcleo essencial do pacto federativo. Apesar disso, é aprovada pelas comissões competentes e colocada em pauta, pela Mesa, para a votação pelo Plenário. Diversos deputados federais do bloco de oposição, inconformados com essa situação, consultam você, como advogado(a), sobre possível medida judicial para que seja reconhecida a incompatibilidade da PEC com a Constituição da República, de modo a impedir a votação pelo Plenário. Diante de tal contexto, assinale, como advogado(a), a opção que se harmoniza com o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade.

a) A PEC, enquanto não for aprovada e convertida em um ato normativo, vigente e eficaz, não pode ser objeto de nenhum tipo de controle de constitucionalidade.

b) É possível que a PEC seja considerada inconstitucional em sede de mandado de segurança impetrado no Supremo Tribunal Federal por qualquer deputado federal.

c) É cabível uma ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, ajuizada por qualquer partido político com representação no Congresso Nacional.

d) Como a PEC viola preceito fundamental, pode ser deflagrado o controle abstrato de constitucionalidade, via arguição de descumprimento de preceito fundamental, perante o Supremo Tribunal Federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o Controle de Constitucionalidade, especialmente, o controle judicial-preventivo.

Com base no enunciado, em resumo temos o seguinte: i) Uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) foi apresentada pelo Presidente da República à Câmara dos Deputados. ii) A PEC versa sobre matéria que é manifestamente ofensiva ao núcleo essencial do pacto federativo. iii) Deputados federais do bloco de oposição querem que seja reconhecida a incompatibilidade da PEC com a Constituição da República, de modo a impedir a votação pelo Plenário. Um ponto que merece destaque é que a norma não está pronta, tendo em vista que o Plenário ainda não votou! O objetivo é justamente impedir a votação pelo plenário. A PEC versa sobre matéria que é manifestamente ofensiva ao núcleo essencial do pacto federativo. A forma federativa de Estado é uma cláusula pétrea, prevista no art. 60, §4º, I da CF/88. Ou seja, há um desrespeito ao processo legislativo. Com o controle judicial-preventivo, temos a possibilidade excepcional de que o STF analise se o direito dos parlamentares ao devido processo legislativo está sendo respeitado. O processo de elaboração das normas deve respeitar uma série de regras previstas na Constituição Federal de 1988. Se as regras do processo legislativo forem desrespeitadas, abre-se a possibilidade para que o parlamentar impetre mandado de segurança junto ao STF. Nessa situação, os parlamentares estarão tentando garantir o respeito ao seu direito líquido e certo ao devido processo legislativo. É importante observar que apenas os parlamentares é que terão legitimidade para impetrar mandado de segurança para garantir o cumprimento das regras do processo legislativo constitucional. As demais alternativas estão incorretas, segundo o comentário sobre a alternativa B.

QUESTÃO 13. No Estado Ômega, um deputado estadual ajuizou representação de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça local, visando questionar a constitucionalidade de uma lei estadual. O Tribunal, porém, se negou a conhecer da representação, argumentando que o deputado não possuía legitimidade ativa conforme estabelecido na Constituição Estadual. Inconformado, o deputado considera interpor recurso extraordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão do Tribunal de Justiça. Como base no sistema jurídico-constitucional brasileiro, o(a) advogado(a) do deputado estadual informou, corretamente, que

a) não cabe recurso extraordinário, pois o Tribunal de Justiça é o guardião da Constituição Estadual e a questão não envolve norma de reprodução obrigatória.

b) é cabível o recurso extraordinário, pois a decisão do Tribunal de Justiça envolve interpretação da Constituição Estadual, que deve ser revista pelo STF.

c) não é possível interpor o recurso extraordinário, mas, sim, recurso ordinário, pois trata-se de matéria de direito infraconstitucional.

d) deve ser interposto recurso extraordinário, pois qualquer decisão do Tribunal de Justiça pode ser revisada pelo STF, independentemente da matéria.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão versa sobre o controle de constitucionalidade em âmbito estadual.

Conforme o enunciado, no Estado Ômega, um deputado estadual ajuizou representação de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça local, visando questionar a constitucionalidade de uma lei estadual. Ocorre que, o Tribunal se negou a conhecer da representação, argumentando que o deputado não possuía legitimidade ativa conforme estabelecido na Constituição Estadual. Inconformado, o deputado considera interpor recurso extraordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão do Tribunal de Justiça. De acordo com o art. 125, §2º da CF/88, cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão. No mais, vale destacar que o deputado federal sozinho não é legitimado para propor a ADI em âmbito federal. É a Mesa da Câmara dos Deputados que possui legitimidade, conforme o art. 103, III da CF/88. Portanto, a Constituição não previu, expressamente, os legitimados ao controle abstrato estadual, apenas proibiu que essa atribuição fosse dada a um único órgão. Assim, cabe às Constituições Estaduais determinarem quais são os legitimados a propor ADI ou ADC perante o TJ local, não é norma de reprodução obrigatória. Diante de todo o exposto, não cabe recurso extraordinário, pois o Tribunal de Justiça é o guardião da Constituição Estadual e a questão não envolve norma de reprodução obrigatória. As alternativas B, C e D estão incorretas, conforme o comentário sobre a alternativa A.

QUESTÃO 14. Tendo em vista a existência de inúmeras controvérsias entre órgãos judiciários, que geravam grave insegurança jurídica, o Supremo Tribunal Federal editou, há quase uma década, a súmula vinculante nº X, que tratava da incidência de determinado tributo em situações e condições específicas. O Procurador-Geral da República, apontando as mudanças legislativas e as emendas constitucionais promulgadas em tempos mais recentes, manifestou-se na mídia sobre a ausência de compatibilidade da referida súmula com a ordem jurídica brasileira. Sobre a hipótese, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, assinale a afirmativa correta.

a) Por não se encontrar na esfera da Justiça Federal, um Tribunal de Justiça de Estado-membro não está obrigado a seguir as diretrizes estabelecidas na súmula vinculante em questão.

b) Para o cancelamento da súmula vinculante em referência, será necessário que o pleno do Supremo Tribunal Federal se manifeste pelo quórum qualificado de dois terços de seus membros.

c) Ainda que o Supremo Tribunal Federal entenda que o teor da súmula vinculante não mais se coaduna com a ordem constitucional, somente poderá apreciar seu cancelamento se provocado por algum agente legitimado.

d) A fim de obter o cancelamento da mencionada súmula vinculante, deverá o Procurador-Geral da República provocar o Supremo Tribunal Federal por meio de uma ação direta de inconstitucionalidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão cobra o conhecimento sobre a Súmula Vinculante.

A Emenda Constitucional nº 45/2004 criou o instituto da Súmula Vinculante, que pode ser editada pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 103-A, CF/88: “o Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei”. Diante do exposto, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula vinculante exige decisão de 2/3 dos membros do STF (oito Ministros), em sessão plenária. As súmulas vinculantes terão por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas. Elas terão validade a partir de sua publicação na imprensa oficial e irão vincular todos os demais órgãos do Poder Judiciário e a administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal. As Súmulas Vinculantes não vinculam: i) o Supremo Tribunal Federal (elas vinculam todos os demais órgãos do Poder Judiciário). ii) o Poder Legislativo, no exercício de sua função típica de legislar (quando o Poder Legislativo exerce função administrativa, deverá observar as Súmulas Vinculantes). iii) o Poder Executivo, no exercício de sua função atípica de legislar (quando o Presidente edita uma medida provisória, ele não precisa observar as Súmulas Vinculantes). A iniciativa para aprovação, revisão ou cancelamento da súmula vinculante pode se dar por iniciativa do próprio STF (de ofício) ou pela iniciativa dos legitimados arrolados na Lei 11.417/2006, em seu art. 3º: “são legitimados a propor a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante: I - o Presidente da República; II - a Mesa do Senado Federal; III - a Mesa da Câmara dos Deputados; IV - o Procurador-Geral da República; V - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; VI - o Defensor Público-Geral da União; VII - partido político com representação no Congresso Nacional; VIII - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional; IX - a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; X - o Governador de Estado ou do Distrito Federal; XI - os Tribunais Superiores, os Tribunais de Justiça de Estados ou do Distrito Federal e Territórios, os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais Regionais do Trabalho, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Tribunais Militares”. As alternativas A, C e D estão incorretas, conforme o comentário sobre a alternativa B.

QUESTÃO 15. Ubirajara é membro de uma comunidade indígena situada em terras regularmente demarcadas, ali vivendo conforme as tradições dos seus ancestrais. Em determinado momento, ele resolveu tentar nova vida em uma cidade brasileira. Sem recursos para dar início a esse projeto, decidiu vender a terra em que habitava desde seu nascimento para um grupo de agricultores, que pretende ali se instalar definitivamente. Sobre a hipótese narrada, segundo a ordem jurídico-constitucional brasileira, assinale a afirmativa correta.

a) Ubirajara somente poderá dispor das terras se a alienação, comprovadamente, atender aos imperativos da ordem econômica brasileira.

b) Ubirajara, caso figure como proprietário das terras no registro de imóveis da localidade, poderá aliená-las, assegurado o direito de participação da comunidade no valor da venda.

c) Ubirajara não pode efetivar a venda almejada, pois as terras em questão não são passíveis de alienação e nem mesmo de disposição.

d) Ubirajara somente poderia alienar as terras após a devida autorização por parte da comunidade indígena, que é a proprietária das terras.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão versa sobre as terras ocupadas pelos índios.

O art. 231, §1º a 3º da CF/88 estabelece que são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios se destinam a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. Inclusive, essas terras são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis. As alternativas A, B e D estão incorretas, conforme o comentário sobre a alternativa C.

QUESTÃO 16. Durante uma operação policial, conhecido traficante de substâncias entorpecentes de alta periculosidade, que operava no Município Alfa, foi preso em flagrante. Sua prisão, no entanto, por alegadas razões de segurança, não foi comunicada a ninguém, crescendo-se que o local onde se encontra detido é desconhecido. A família do preso procura você, na qualidade de advogado(a), para saber se ocorreu a violação de algum direito fundamental do preso. Com base na situação descrita e no sistema jurídico-constitucional brasileiro, assinale a afirmativa correta.

a) Não houve desrespeito a qualquer direito fundamental do preso, visto que a ordem constitucional estatui que, para os casos de prisão em flagrante, os agentes policiais têm até 72 horas para comunicar à família a prisão.

b) A prisão e o local onde o preso se encontra detido deveriam ter sido comunicados imediatamente à família ou a outra pessoa por ele indicada, bem como ao juiz competente para apreciar a legalidade da prisão.

c) Por se tratar de criminoso de alta periculosidade, ele deixa de ser considerado, pela ordem constitucional, titular de direitos fundamentais, de modo que há mera liberalidade estatal em comunicar a sua prisão em flagrante.

d) A falta de comunicação da prisão e do local em que o preso se encontra são justificáveis, o que decorre da necessidade de se preservar a segurança da sociedade, considerando a periculosidade do agente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda os Direitos Individuais e Coletivos, especialmente o Direito do Preso.

O enunciado estabelece que durante uma operação policial, conhecido traficante de substâncias entorpecentes de alta periculosidade, que operava no Município Alfa, foi preso em flagrante. Nesse sentido, o art. 5º, inciso LXII da CF/88 estabelece que, a prisão de qualquer pessoa e o local onde se

encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada. As alternativas A, C e D estão incorretas, conforme o comentário sobre a alternativa B.

QUESTÃO 17. Na qualidade de advogado, você foi consultado por um grupo de imigrantes que, uma vez residindo no território nacional, mesmo que em situação irregular, passou a trabalhar em condições indignas, tendo vários dos direitos trabalhistas, expressamente reconhecidos aos trabalhadores em geral, desrespeitados. Sobre esse caso, assinale a afirmativa que apresenta a orientação correta que você prestou.

a) Em razão de o Estado brasileiro ainda não ter ratificado a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias, a situação não poderá ser submetida à apreciação dos órgãos integrantes do sistema regional americano de proteção dos direitos humanos.

b) Na condição de Estado-membro da Organização dos Estados Americanos, o Brasil tem o dever de respeitar e garantir os direitos dos trabalhadores migrantes indocumentados, independentemente de sua nacionalidade, em nome do direito à igualdade e não discriminação em relação aos trabalhadores nacionais

c) Os trabalhadores em referência poderão levar o caso ao conhecimento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, muito embora não tenham assegurada a possibilidade de acesso ao Poder Judiciário nacional, diante do status irregular do seu ingresso e permanência no território brasileiro.

d) Os trabalhadores em questão têm assegurado o acesso tanto ao Poder Judiciário local, quanto aos órgãos integrantes do sistema regional americano de proteção dos direitos humanos, inclusive de forma simultânea, diante da inexistência de litispendência entre as instâncias nacional e internacional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre direitos e garantias dos trabalhadores migrantes.

A alternativa B está correta. Para responder a essa questão, o examinando deveria ter familiaridade com alguns artigos legais que regulam a política migratória, como a proteção dos direitos fundamentais dos imigrantes, bem como a proteção dos direitos trabalhistas e à saúde do trabalhador migrante. O Brasil deve respeitar e garantir direitos aos trabalhadores migrantes em igualdade com os trabalhadores nacionais, para que toda pessoa goze desse direito em condições justas, equitativas e satisfatórias, inclusive de saúde, garantindo a igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares e o repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação. A alternativa encontra fundamentos em diversos dispositivos legais, como no artigo 3º, II e IX da Lei de Migração (Lei 13.445/17), bem como no Pacto San José da Costa Rica (Decreto 678/92), nos seus artigos 1º e 10. Ainda, no Protocolo de San Salvador (Decreto 3.321/99) arts. 7º e 10. As demais alternativas estão incorretas, conforme o comentário da alternativa B.

QUESTÃO 18. Em razão da alta concentração de indígenas no Município X e com vistas à melhor promoção dos seus direitos e garantias, as autoridades locais adotaram uma série de medidas administrativas com impacto direto sobre as referidas comunidades. Não lhes foi franqueada, contudo, qualquer mecanismo de participação nos ciclos de elaboração e implementação dessas medidas. Nesse contexto, você foi procurado(a), como advogado(a), para representar uma das comunidades. À luz da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, assinale a opção que apresenta, corretamente, sua orientação.

a) É assegurado às comunidades indígenas e às populações tradicionais o direito à consulta, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, por meio de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-las diretamente.

b) No caso específico, a Convenção em questão excetua o dever de assegurar a participação das comunidades indígenas diretamente atingidas, já que se trata de medidas tomadas com o intuito de promover a máxima eficácia dos direitos e das garantias dessas populações tradicionais.

c) Apesar de as disposições da Convenção em questão estabelecerem a necessidade de efetiva participação das comunidades indígenas cada vez que forem previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-las diretamente, a não observância desse dever estatal somente acarreta vício capaz de anular os atos praticados se restar demonstrado, no caso concreto, a existência de prejuízo.

d) É assegurado às comunidades indígenas e populações tradicionais o direito à consulta, mediante procedimentos apropriados, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-las diretamente. No âmbito nacional, confiou-se à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) a atribuição para representar diretamente as referidas comunidades, por serem desprovidas de personalidade jurídica própria.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a Resolução 169 da Organização Internacional do Trabalho. Exigindo o conhecimento do examinando à essa Resolução especificamente, eliminando as demais alternativas em dissonância.

A alternativa A está correta, portanto, sendo essa a alternativa correspondente à orientação da Resolução 169 da Organização Internacional do Trabalho. Consoante a Convenção, a consulta aos povos interessados, deverá proceder mediante procedimentos apropriados toda vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente. Essas medidas podem ser tanto aditadas pela esfera pública quanto pela esfera privada. Ou seja, a OIT 169 trata da importância de realizar uma consulta livre, prévia e informada sempre que alguma obra, ação, política ou programa for ser desenvolvido e afete aos povos tradicionais. Independente da iniciativa pública ou privada, a consulta é prevista pela OIT 169. Portanto, as demais alternativas estão incorretas, por não corresponderem à Convenção 169 da OIT no que tange a consulta aos povos interessados.

QUESTÃO 19. Depois de ser convidado para concorrer a um cargo eletivo pelo partido político Alfa, Antônio expressou sua preocupação com os custos de uma campanha eleitoral. Afinal, embora popular, era pessoa humilde e não poderia arcar com esses custos. Para tranquilizá-lo, Maria, presidente de Alfa, informou que seriam utilizados recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC). A respeito do destinatário dos recursos a serem entregues pelo Tribunal Superior Eleitoral, assinale a afirmativa correta.

- a) Os partidos políticos devem receber os recursos e os distribuir, de forma isonômica, entre os seus candidatos.**
- b) Os recursos devem ser encaminhados diretamente aos candidatos, o que deve ser feito de maneira isonômica.**
- c) Os partidos políticos devem receber os recursos e os distribuir entre os candidatos que os quiseram, conforme critérios definidos previamente pelo órgão competente do partido.**
- d) Os candidatos devem receber os recursos e priorizar aqueles que concorreram em eleição anterior.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o conhecimento sobre os partidos políticos e o fundo especial de financiamento de campanha.

A alternativa A está incorreta, pois não é obrigatória a distribuição de forma isonômica entre os seus candidatos. De acordo com a Lei das Eleições, a distribuição dos recursos ocorrerá conforme prévia definição de critérios pelos partidos políticos, nos termos do disposto no art. 16-C, §7º, da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97): “§ 7º Os recursos de que trata este artigo ficarão à disposição do partido político somente após a definição de critérios para a sua distribuição, os quais, aprovados pela maioria absoluta dos membros do órgão de direção executiva nacional do partido, serão divulgados publicamente”.

A alternativa B está incorreta, pois os recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) não serão encaminhados diretamente aos candidatos. Dispõe o art. 16-C, §2º, da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97) que: “§ 2º O Tesouro Nacional depositará os recursos no Banco do Brasil, em conta especial à disposição do Tribunal Superior Eleitoral, até o primeiro dia útil do mês de junho do ano do pleito”. Além disso, não é obrigatória a distribuição dos recursos de forma isonômica entre os candidatos do partido político. De acordo com a Lei das Eleições, a distribuição dos recursos ocorrerá conforme prévia definição de critérios pelos partidos políticos, de acordo com o disposto no art. 16-C, §7º, da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97): “§ 7º Os recursos de que trata este artigo ficarão à disposição do partido político somente após a definição de critérios para a sua distribuição, os quais, aprovados pela maioria absoluta dos membros do órgão de direção executiva nacional do partido, serão divulgados publicamente”.

A alternativa C está correta, pois é necessário o requerimento do candidato, nos termos do art. 16-D, §2º, da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97): “§ 2º Para que o candidato tenha acesso aos recursos do Fundo a que se refere este artigo, deverá fazer requerimento por escrito ao órgão partidário respectivo”. Além disso, a distribuição dos recursos ocorrerá conforme prévia definição de critérios pelos partidos

políticos, de acordo com o disposto no art. 16-C, §7º, da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97): “§ 7º Os recursos de que trata este artigo ficarão à disposição do partido político somente após a definição de critérios para a sua distribuição, os quais, aprovados pela maioria absoluta dos membros do órgão de direção executiva nacional do partido, serão divulgados publicamente”.

A alternativa D está incorreta, pois não há previsão legal de prioridade de recebimento de recursos por parte de candidatos que concorreram em eleição anterior.

QUESTÃO 20. Joana requereu o registro de sua candidatura para concorrer ao cargo eletivo de prefeita do Município Alfa, situado no Estado Beta. O registro não sofreu qualquer impugnação e foi deferido pela Justiça Eleitoral. Duas semanas após a proclamação do resultado da eleição, tendo sido Joana eleita prefeita municipal, Maria, que concorrera para o mesmo cargo e fora derrotada, descobriu que Joana era irmã da governadora do Estado Beta. Maria procurou você, como advogado(a), questionando se era possível discutir a inelegibilidade de Joana, mesmo após a proclamação do resultado. Sobre a hipótese apresentada, assinale a opção que indica, corretamente, sua resposta.

a) O processo eleitoral não pode retroagir em suas fases, logo, ocorreu a preclusão.

b) Pode ser interposto recurso contra a expedição de diploma.

c) É possível ajuizar a ação de impugnação de mandato eletivo.

d) A decisão de proclamação dos eleitos pode ser impugnada mediante recurso inominado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o conhecimento sobre inelegibilidade.

A alternativa A está incorreta, pois não ocorreu a preclusão. O caso trata de inelegibilidade constitucional, sendo cabível o recurso contra expedição de diploma (RCED) previsto no art. 262 do Código Eleitoral: “Art. 262. O recurso contra expedição de diploma caberá somente nos casos de inelegibilidade superveniente ou de natureza constitucional e de falta de condição de elegibilidade”. Além disso, o prazo para o RCED está disposto no art. 262, §3º, do Código Eleitoral: “§ 3º O recurso de que trata este artigo deverá ser interposto no prazo de 3 (três) dias após o último dia limite fixado para a diplomação e será suspenso no período compreendido entre os dias 20 de dezembro e 20 de janeiro, a partir do qual retomará seu cômputo”.

A alternativa B está correta, pois o enunciado trata da hipótese de inelegibilidade reflexa prevista no art. 14, §7º, da Constituição Federal: “§ 7º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição”. Portanto, por consistir em inelegibilidade constitucional, será cabível o recurso contra expedição de diploma (RCED) no prazo de 3 (três) dias após o último dia limite fixado para a diplomação. Dispõe o art. 262, caput e §3º, do Código Eleitoral que: “Art. 262. O recurso contra expedição de diploma caberá

somente nos casos de inelegibilidade superveniente ou de natureza constitucional e de falta de condição de elegibilidade. (...) § 3º O recurso de que trata este artigo deverá ser interposto no prazo de 3 (três) dias após o último dia limite fixado para a diplomação e será suspenso no período compreendido entre os dias 20 de dezembro e 20 de janeiro, a partir do qual retomará seu cômputo”.

A alternativa C está incorreta, pois o caso não traz hipótese fundamentadora de ação de impugnação de mandato eletivo (AIME), cujos fundamentos possíveis são: abuso do poder econômico, corrupção ou fraude. Nos termos do art. 14, §10, da Constituição Federal: “§ 10 - O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude”.

A alternativa D está incorreta, pois o caso trata de inelegibilidade constitucional, sendo cabível o recurso contra expedição de diploma (RCED) no prazo de 3 (três) dias após o último dia limite fixado para a diplomação. Dispõe o art. 262, caput e §3º, do Código Eleitoral que: “Art. 262. O recurso contra expedição de diploma caberá somente nos casos de inelegibilidade superveniente ou de natureza constitucional e de falta de condição de elegibilidade. (...) § 3º O recurso de que trata este artigo deverá ser interposto no prazo de 3 (três) dias após o último dia limite fixado para a diplomação e será suspenso no período compreendido entre os dias 20 de dezembro e 20 de janeiro, a partir do qual retomará seu cômputo”.

QUESTÃO 21. Estado estrangeiro solicita, por via diplomática, ao Ministério da Justiça e Segurança Pública brasileiro (MJSP), com base em tratado, com promessa de reciprocidade, a transferência da execução da pena de Olof, estrangeiro com residência habitual no Brasil, pelo cometimento de crime perante a lei de ambos os países, punido com pena superior a dois anos.

Você, como advogado(a) especializado(a) em Direito Internacional, foi procurado(a) por Olof para avaliar a viabilidade do pedido do Estado estrangeiro, depois que ele soube que o MJSP já havia se manifestado pela presença dos pressupostos formais de admissibilidade exigidos pelo tratado de que são signatários o Brasil e o Estado estrangeiro solicitante.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) O pedido terá êxito após a homologação pelo Supremo Tribunal Federal da sentença criminal estrangeira, ainda que não tenha transitado em julgado, para fins de transferência de execução da pena.**
- b) O pedido terá êxito após a homologação pelo Superior Tribunal de Justiça da sentença criminal estrangeira, transitada em julgado, para fins de transferência de execução da pena.**
- c) O pedido terá êxito independentemente da homologação por órgão judicial da sentença criminal estrangeira, transitada em julgado, para fins de transferência de execução da pena.**
- d) O pedido terá êxito independentemente da homologação por órgão judicial da sentença criminal estrangeira, ainda que não tenha transitado em julgado, para fins de transferência de execução da pena.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o tema homologação de sentença estrangeira.

A competência para a homologação de sentença estrangeira, após a Emenda Constitucional n. 45/2004 passou a ser do Superior Tribunal de Justiça, conforme previsto no artigo 105, inciso I, "i" da Constituição Federal: Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: I - processar e julgar, originariamente:[...]i) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias;. Por sua vez, os requisitos para a transferência de execução da pena estão previstos no artigo 100 da Lei de Imigração – Lei n. 13.445/2017: Art. 100. Nas hipóteses em que couber solicitação de extradição executória, a autoridade competente poderá solicitar ou autorizar a transferência de execução da pena, desde que observado o princípio do non bis in idem. Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) , a transferência de execução da pena será possível quando preenchidos os seguintes requisitos: I - o condenado em território estrangeiro for nacional ou tiver residência habitual ou vínculo pessoal no Brasil; II - a sentença tiver transitado em julgado; III - a duração da condenação a cumprir ou que restar para cumprir for de, pelo menos, 1 (um) ano, na data de apresentação do pedido ao Estado da condenação; IV - o fato que originou a condenação constituir infração penal perante a lei de ambas as partes; e V - houver tratado ou promessa de reciprocidade. O artigo 101 da Lei de Imigração reforça a necessidade de homologação pelo Superior Tribunal de Justiça: Art. 101. O pedido de transferência de execução da pena de Estado estrangeiro será requerido por via diplomática ou por via de autoridades centrais. § 1º O pedido será recebido pelo órgão competente do Poder Executivo e, após exame da presença dos pressupostos formais de admissibilidade exigidos nesta Lei ou em tratado, encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça para decisão quanto à homologação. Assim, a alternativa correta a ser assinalada é a letra "B".

QUESTÃO 22. Sofia, brasileira nata, com dupla nacionalidade, portuguesa e brasileira, decidiu renunciar à nacionalidade brasileira e procurou você, como advogado(a), para receber a orientação jurídica adequada sobre os efeitos de tal decisão.

Depois da avaliação do caso, você afirmou, corretamente, à sua cliente que

a) a renúncia sendo feita de forma expressa, perante autoridade brasileira competente, dará causa à declaração da perda da nacionalidade brasileira.

d) a renúncia, sendo feita de forma tácita, dará causa à declaração da perda da nacionalidade brasileira.

c) após a efetivação da perda da nacionalidade, ela não poderá readquirir a nacionalidade brasileira originária.

d) a renúncia não será aceita pela autoridade brasileira competente, em razão do risco de geração de situação de apatridia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema renúncia da nacionalidade.

A alternativa A está correta. Nos termos do artigo 12, §4º, II, da Constituição Federal: § 4º - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que: II - fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.

A alternativa B está incorreta. A renúncia da nacionalidade exige o pedido expresso, nos termos do artigo 12, §4º, II, da Constituição Federal: § 4º - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que: II - fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.

A alternativa C está incorreta. Conforme previsto no artigo 12, § 5º, da Constituição Federal: §5º A renúncia da nacionalidade, nos termos do inciso II do § 4º deste artigo, não impede o interessado de readquirir sua nacionalidade brasileira originária, nos termos da lei.

A alternativa D está incorreta. A renúncia à nacionalidade não será autorizada quando houver risco de apatridia, nos termos do artigo 12, §4º, II, da Constituição Federal: § 4º - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que: [...] II - fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia. No entanto, considerando que Sofia tem dupla nacionalidade, a renúncia à nacionalidade brasileira não gerará risco de apatridia, pois a interessada ainda terá a nacionalidade portuguesa.

QUESTÃO 23. O Presidente da República deve enviar, todo ano, o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) da União ao Congresso Nacional para ser apreciado e votado. Como projeto de lei orçamentária que é, possui especificidades em seu regime de tramitação.

A CRFB/88 estabelece que o PLDO, ao chegar ao Poder Legislativo, deve ser encaminhado ao(à)

a) Plenário do Congresso Nacional, para apreciação e votação única do PLDO em sessão conjunta de ambas as casas.

b) Plenário da Câmara dos Deputados, para apreciação e votação em turno único, e posterior remessa ao Plenário do Senado Federal para votação do PLDO.

c) Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, para examinar e emitir parecer sobre o PLDO.

d) Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJ, para examinar e emitir parecer sobre o PLDO.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema leis orçamentárias.

A alternativa A está incorreta, pois, embora o PLDO seja de fato apreciado e votado em sessão conjunta do Congresso Nacional, ele não é encaminhado diretamente ao Plenário. Conforme estabelecido no art. 166, § 1º, da Constituição Federal, o PLDO é inicialmente analisado por uma comissão mista permanente de Senadores e Deputados, conforme comentários à alternativa C

A alternativa B está incorreta, pois esta alternativa descreve o processo de tramitação de projetos de lei ordinários, não o processo específico do PLDO. O PLDO não segue este fluxo de tramitação separada entre Câmara e Senado, mas sim é apreciado em sessão conjunta do Congresso Nacional, após análise pela comissão mista, conforme comentários às alternativas A e C.

A alternativa C está correta, pois está em conformidade com o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, que estabelece: "Caberá a uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República". A CMO é a comissão mista responsável por esta função.

A alternativa D está incorreta, pois, embora a CCJ seja uma comissão importante no processo legislativo, ela não é a responsável pela análise inicial do PLDO. Como mencionado anteriormente, esta função cabe à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

QUESTÃO 24. O prefeito do Município Alfa, em determinado exercício financeiro, na primeira semana do seu mandato, convocou todos os seus secretários, assessores e consultores para definir a política financeira da sua gestão. Na reunião, ele questionou alguns aspectos do orçamento público municipal.

Diante desse cenário, considerando que a Lei Orgânica Municipal reproduz as mesmas normas do Direito Financeiro da Constituição Federal de 1988, inclusive quanto aos prazos, assinale a opção que indica a informação que você, na qualidade de consultor(a) jurídico(o), corretamente prestou.

a) Ele deverá usar, no primeiro ano do mandato, a Lei Orçamentária Anual (LOA), cuja proposta foi elaborada pelo prefeito antecessor e por este encaminhada à Câmara de Vereadores que a aprovou.

b) Ele deverá editar, antes do fim do primeiro biênio de seu mandato, um decreto contendo o Plano Plurianual (PPA), que vigorará ao longo dos quatro anos subsequentes, cujo conteúdo orienta e vincula a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

c) Ele terá que encaminhar para a Câmara de Vereadores, até 31 de outubro do mesmo ano, o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro seguinte.

d) Ele deverá adotar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que vigorará por quatro anos, a fim de acompanhar a vigência do Plano Plurianual (PPA).

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema leis orçamentárias.

A alternativa A está correta, pois de acordo com o princípio da anualidade orçamentária e o ciclo orçamentário brasileiro, a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o primeiro ano de mandato de um novo prefeito é, de fato, elaborada e aprovada no ano anterior, durante a gestão do prefeito antecessor. Isso ocorre porque o processo de elaboração e aprovação da LOA acontece no ano anterior ao exercício financeiro a que se refere. Nesse sentido, o art. 35, § 2º, III, do ADCT estabelece o prazo para o envio do projeto de lei orçamentária ao Legislativo, veja-se: “o projeto de lei orçamentária da União será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa”.

A alternativa B está incorreta por dois motivos principais: o PPA não é editado por decreto, mas sim por lei; o prazo para envio do projeto de lei do PPA à Câmara Municipal é até 31 de agosto do primeiro ano de mandato, e não "antes do fim do primeiro biênio". Veja-se dispositivo constitucional pertinente: “Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I - o plano plurianual”. Agora veja-se dispositivo do ADCT: “Art. 35 (...) § 2º Até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º, I e II, serão obedecidas as seguintes normas: I - o projeto do plano plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente, será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa;”

A alternativa C está incorreta, pois o prazo para envio do projeto da LOA à Câmara Municipal é até 30 de setembro, não 31 de outubro. Veja-se o dispositivo pertinente do ADCT: “Art. 35 (...) § 2º Até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º, I e II, serão obedecidas as seguintes normas: (...) III - o projeto de lei orçamentária da União será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa”.

A alternativa D está incorreta, pois a LDO tem vigência até o encerramento do exercício financeiro seguinte ao qual foi aprovada, não de quatro anos. Ela é elaborada anualmente para orientar a elaboração da LOA do ano seguinte, estabelecendo as metas e prioridades da administração pública. Veja-se dispositivo constitucional pertinente: “Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: (...) II - as diretrizes orçamentárias; (...) § 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento”.

QUESTÃO 25. Em 2022, a Organização Religiosa ABC recebeu em doação lojas que pretende alugar para destinar a renda obtida com os aluguéis ao pagamento de auxílio ministerial para a subsistência de seus ministros religiosos e suas famílias.

Temendo que o Fisco municipal, já em janeiro de 2023, venha a fazer o lançamento dos IPTUs referentes a tais lojas, a Organização Religiosa ABC procurou você, como advogado(a), nesse mesmo mês de janeiro de 2023, para que seja promovida medida judicial a fim de que o Fisco se

abstenha de fazer tal lançamento, sabendo que terá de ser produzida prova nos autos – por perito contábil indicado pelo Juízo – acerca da destinação que se pretende dar a esses aluguéis.

Diante desse cenário, assinale a opção que indica a ação a ser proposta.

a) Mandado de Segurança Preventivo.

b) Medida Cautelar Fiscal.

c) Ação Anulatória.

d) Ação Declaratória.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o tema processo judicial tributário.

A alternativa A está incorreta, embora o Mandado de Segurança Preventivo seja uma medida judicial que visa proteger direito líquido e certo ameaçado por ilegalidade ou abuso de poder, ele não é o instrumento mais adequado neste caso. O principal motivo é que a questão menciona a necessidade de produção de prova pericial contábil, o que não é compatível com o rito do Mandado de Segurança, que exige prova pré-constituída. Nesse sentido é a jurisprudência pacífica do STJ: “(...) 1. O mandado de segurança somente é cabível quando plenamente aferível o direito líquido e certo no momento da impetração, cuja existência e delimitação devem ser comprovadas de plano, sem a necessidade de dilação probatória. 2. A petição inicial do mandado de segurança deve ser instruída com prova pré-constituída, requisito esse que não pode ser suprido por fato posterior à impetração. (...) (STJ - AgInt no RMS: 65504 SC 2021/0014561-5, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 21/02/2022, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 24/02/2022)

A alternativa B está incorreta, pois a Medida Cautelar Fiscal é um instrumento processual utilizado pela Fazenda Pública para assegurar a eficácia da cobrança do crédito tributário, e não pelo contribuinte para evitar lançamentos. Portanto, esta opção não se aplica ao caso em questão, no qual a Organização Religiosa busca evitar o lançamento do IPTU. Nesse sentido é o teor da Lei nº 8.397/1992: “Art. 2º A medida cautelar fiscal poderá ser requerida contra o sujeito passivo de crédito tributário ou não tributário, quando o devedor: (...) ”

A alternativa C está incorreta, pois a Ação Anulatória é utilizada para anular um ato administrativo já praticado, como um lançamento tributário já efetuado. No caso em questão, o lançamento do IPTU ainda não ocorreu, sendo apenas uma possibilidade futura. Portanto, não há ato a ser anulado, tornando esta opção inadequada.

A alternativa D está correta, pois a Ação Declaratória é a medida judicial mais adequada para este caso. Ela permite que a Organização Religiosa busque uma declaração judicial sobre seu direito à imunidade tributária prevista no art. 150, VI, "b" da Constituição Federal, que abrange os templos de qualquer culto. Esta ação possibilita a produção de provas, incluindo a perícia contábil mencionada na questão, para demonstrar que os imóveis e a renda dos aluguéis serão destinados às finalidades essenciais da entidade religiosa. Além disso, a Ação Declaratória pode ter efeitos preventivos, impedindo futuros lançamentos do IPTU caso seja julgada procedente. A Ação Declaratória é a opção mais adequada

porque: permite a discussão do direito à imunidade tributária antes do lançamento; possibilita a produção de provas, incluindo a perícia contábil; tem efeitos preventivos, podendo impedir futuros lançamentos; é compatível com a situação em que ainda não houve o lançamento tributário, mas há uma ameaça concreta de que ocorra. A ação declaratória é prevista no CPC: “Art. 19. O interesse do autor pode limitar-se à declaração: I - da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica”.

QUESTÃO 26. O Estado Alfa acabou de implantar um novo sistema on-line para o lançamento do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD, veiculando também em lei estadual o modo como o preenchimento da declaração deve ser feito e entregue pelo sujeito passivo tributário por meio da Internet.

Segundo essa lei, caberia ao sujeito passivo preencher a declaração, indicando os fatos geradores, as bases de cálculo e as alíquotas aplicáveis, resultando, ao final, no valor a ser pago, devendo também o sujeito passivo gerar a guia de pagamento pela internet e pagá-la.

O Fisco estadual teria prazo decadencial para analisar a declaração entregue e o respectivo pagamento por parte do sujeito passivo.

Assinale a opção que indica, corretamente, a modalidade de lançamento do ITCMD nesse Estado.

a) Lançamento por declaração.

b) Lançamento por arbitramento.

c) Lançamento por homologação.

d) Lançamento de ofício.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema modalidades de lançamento.

A alternativa A está incorreta, pois no lançamento por declaração, a autoridade administrativa efetua o lançamento com base nas informações prestadas pelo contribuinte, o que não ocorre na situação apresentada. Nesse sentido é o art. 147 do CTN: “O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação”.

A alternativa B está incorreta, pois o arbitramento é uma técnica dentro do lançamento de ofício, conforme previsto no art. 148 do CTN: “Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.”

A alternativa C está correta, pois as características descritas na questão correspondem exatamente a esta modalidade, na qual o sujeito passivo antecipa o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, conforme art. 150 do CTN: “O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa”.

A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 149 do CTN. Este artigo lista várias situações em que a autoridade administrativa pode efetuar ou rever o lançamento de ofício, no entanto, esta não é a modalidade aplicável ao caso descrito na questão, na qual o contribuinte tem papel ativo no processo de declaração e pagamento do imposto. Veja-se o teor do dispositivo: “Art. 149. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos: I - quando a lei assim o determine; II - quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária; III - quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade; IV - quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória; V - quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, no exercício da atividade a que se refere o artigo seguinte; VI - quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária; VII - quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação; VIII - quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior; IX - quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial”.

QUESTÃO 27. Foi criado o Território Federal Alfa no Brasil, com a determinação de que, por sua extensão, deveria ser dividido em municípios. À luz do texto da Constituição Federal de 1988, sobre a c nesse novo Território Federal, assinale a afirmativa correta.

a) Os impostos federais e municipais devem ser cobrados, mas os estaduais não, porque o Território não é Estado-membro.

b) Os impostos federais e estaduais cobrados pertencerão à União, enquanto os impostos municipais pertencerão a cada um dos Municípios em que está dividido o Território.

c) Os impostos federais cobrados pertencerão à União, mas os impostos estaduais e municipais pertencerão a cada um dos Municípios em que está dividido o Território.

d) Os impostos cobrados, seja os federais, seja os estaduais, seja os municipais, pertencerão à União.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o tema cobrança de impostos estaduais.

A alternativa A está incorreta, pois esta alternativa afirma que os impostos estaduais não devem ser cobrados no Território Federal. No entanto, conforme o art. 147 da Constituição Federal, os impostos estaduais são sim cobrados em Territórios Federais, mas pertencem à União, conforme comentários à alternativa B.

A alternativa B está correta, pois está em conformidade com o art. 147 da Constituição Federal, que estabelece: "Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais."

A alternativa C está incorreta, pois esta alternativa erra ao afirmar que os impostos estaduais pertencerão aos Municípios. De acordo com o art. 147 da CF, os impostos estaduais em Territórios Federais pertencem à União, conforme comentários à alternativa B.

A alternativa D está incorreta, pois apesar de afirmar que os impostos federais e estaduais pertencem à União, mas erra ao incluir os impostos municipais. Conforme o art. 147 da CF, em Territórios Federais divididos em Municípios, os impostos municipais pertencem aos respectivos Municípios, conforme comentários à alternativa B.

QUESTÃO 28. Lei Ordinária do Município Alfa, publicada no Diário Oficial Municipal em 30/09/2020, instituiu uma Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais – TFEC, incidente sobre o setor de materiais de construção.

Sua produção de efeitos se deu a partir de 01/01/2021, com a finalidade de aferir o cumprimento das normas de segurança e urbanização local e a taxa passou a ser cobrada por meio de alíquotas específicas, fixadas no valor de R\$ 150,00 para empresas com capital social de até R\$ 100.000,00, de R\$ 300,00 para empresas com capital social de até R\$ 500.000,00 e de R\$ 1.500,00 para empresas com capital social superior a R\$ 500.000,00.

A associação dos empresários daquele setor empresarial pretende questionar essa cobrança.

Diante desse cenário, a cobrança da referida taxa

a) é legal e constitucional, por estar dentro da competência tributária do respectivo município, fundada no seu regular poder de polícia.

b) não respeita o princípio da anterioridade, sendo inconstitucional nesse aspecto.

c) é devida por atender aos princípios da progressividade e da capacidade contributiva, ao cobrar maior valor sobre a empresa com maior capital social e cobrar menor valor sobre a empresa com menor capital social.

d) é ilegal por ser calculada com base no capital social das empresas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o tema taxas.

A alternativa A está incorreta, pois, embora o município tenha competência para instituir taxas de poder de polícia, conforme o art. 145, II, da Constituição Federal, a base de cálculo utilizada (capital social) não é adequada para uma taxa, conforme comentários à alternativa D.

A alternativa B está incorreta, pois a questão não apresenta problemas quanto ao princípio da anterioridade, uma vez que a lei foi publicada em 30/09/2020 e seus efeitos iniciaram em 01/01/2021, respeitando tanto a anterioridade anual quanto a nonagesimal (art. 150, III, "b" e "c" da CF), veja-se: "Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (...) III - cobrar tributos: (...) b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou; c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b;"

A alternativa C está incorreta, pois, embora a cobrança pareça progressiva, as taxas devem guardar proporcionalidade com o custo da atividade estatal. Nesse sentido: "Fixação da seguinte tese: Viola o princípio da capacidade contributiva, na dimensão do custo/benefício, a instituição de taxa de polícia ambiental que exceda flagrante e desproporcionalmente os custos da atividade estatal de fiscalização. (STF - ADI: 5489 RJ, Relator: ROBERTO BARROSO, Data de Julgamento: 24/02/2021, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 12/03/2021)"

A alternativa D está correta, conforme art. 77, parágrafo único do CTN: "A taxa não pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto nem ser calculada em função do capital das empresas".

QUESTÃO 29. Um deputado estadual desejava conceder benefício fiscal na modalidade de crédito presumido de ICMS em favor de bares e restaurantes situados no Estado Alfa, de modo a fomentar esse setor comercial. Por isso, propôs projeto de lei com esse fim, o qual foi aprovado por maioria simples na Assembleia Legislativa e sancionado pelo governador.

Acerca desse cenário, assinale a afirmativa correta.

a) Tal projeto de lei deveria ter sido aprovado por maioria absoluta, e não por maioria simples, na Assembleia Legislativa.

b) A iniciativa desse projeto de lei era privativa do governador.

c) A concessão de tal benefício fiscal na modalidade de crédito presumido dependeria de prévia autorização, por meio de convênio celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária.

d) O governador poderia ter concedido tal benefício fiscal na modalidade de crédito presumido por decreto, não sendo necessária a aprovação de lei estadual nesse sentido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da competência para concessão de benefício fiscal.

A alternativa A está incorreta, pois a Constituição Federal não exige maioria absoluta para a aprovação de leis que concedam benefícios fiscais. O quórum para aprovação de leis ordinárias é de maioria simples, conforme o art. 47 da CF: "Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros."

A alternativa B está incorreta, pois a Constituição Federal não estabelece iniciativa privativa do governador para projetos de lei sobre benefícios fiscais. O art. 61 da CF, que trata das leis de iniciativa privativa do Presidente da República (aplicável por simetria aos governadores), não inclui matéria tributária, veja-se: "§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que: I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas; II - disponham sobre: a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração; b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios; c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios; e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva."

A alternativa C está correta, pois está de acordo com o art. 155, § 2º, XII, 'g', da Constituição Federal, que estabelece: "Cabe à lei complementar regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados." A Lei Complementar nº 24/1975, recepcionada pela CF/88, determina que a concessão de benefícios fiscais de ICMS depende de prévia celebração de convênio no âmbito do CONFAZ.

A alternativa D está incorreta, pois esta alternativa viola o princípio da legalidade tributária. A concessão de benefícios fiscais também deve ser feita por lei, não podendo ser realizada por mero decreto do governador. Nesse sentido: "4. A pretensão autoral é de concessão de benefício fiscal (direito de aproveitamento de créditos a título de PIS e COFINS Importação não utilizados no trimestre-calendário para liquidação de outras obrigações fiscais) não previsto expressamente em lei. Inobstante, o entendimento do STJ é no sentido de que benefícios que tais devem vir expressos na lei, não dependendo da interpretação do juiz, visto que não é dado ao Poder Judiciário conceder benesse fiscal fora dos estritos limites estabelecidos na legislação. 5. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no REsp: 1944463 PR 2021/0184194-0, Data de Julgamento: 09/11/2022, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 14/11/2022)"

QUESTÃO 30. O Município Delta procurou o Escritório Alfa com a intenção de contratá-lo para prestar serviços especializados de consultoria e auditoria financeira, de natureza predominantemente técnica, diante de sua notória especialização na área.

Na reunião realizada entre os representantes do escritório e do município, o Procurador do Município Delta consignou que, para formalizar o mencionado negócio jurídico, pretende

formalizar uma contratação direta, ou seja, sem a necessidade de realizar uma licitação sob o regime jurídico da nova lei de licitações.

Sobre a hipótese, na qualidade de advogado(a) do Escritório Alfa, consoante dispõe a Lei nº 14.133/21, assinale a afirmativa correta.

a) A licitação não é exigível, devendo ser considerada de notória especialização a sociedade empresária cujo conceito, decorrente de estudos, desempenho anterior, publicações, organização, equipe técnica ou outros requisitos relacionados às suas atividades, permita inferir que seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

b) A licitação na modalidade concurso é necessária, devendo ser considerada de notória especialização a sociedade empresária que possa prestar o serviço em situação emergencial para manter a continuidade do serviço público, observados os valores praticados pelo mercado.

c) A licitação pode ser dispensada, devendo ser considerada de notória especialização a sociedade empresária apta a prestar serviços contratados pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

d) A licitação na modalidade diálogo competitivo é necessária, devendo ser considerada de notória especialização a sociedade empresária que tenha sido contratada anteriormente pelo poder público, com prestação de contas aprovada pelo Tribunal de Contas, permitindo inferir que seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Comentários

A resposta correta é a **letra A**. A questão trata dos casos de inexigibilidade de licitação.

A alternativa A está correta, pois, conforme a Lei 14.133/21, artigo 74, III, c, e seu § 3º, a licitação no caso em comento é inexigível: "Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: (...) III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: (...) c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias; (...) § 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato."

A alternativa B está incorreta, pois, conforme o art. 74 da Lei 14.133/21, a licitação no caso em análise é inexigível, vejamos: "Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: (...) III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: (...) c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;". Ademais, a alternativa apresenta definição de notória

especialização diversa da trazida na referida Lei, vejamos: "Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: (...) XIX - notória especialização: qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato;"

A alternativa C está incorreta, pois troca a definição de "notória especialização" com o conceito de "serviços e fornecimentos contínuos", o qual é trazido pela Lei 14.133/21 em seu artigo 6º, XV: "Para os fins desta Lei, consideram-se: (...) XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;"

A alternativa D está incorreta, pois no caso em análise a licitação é inexigível, não sendo necessária na modalidade de diálogo competitivo, conforme expõe o art. 74 da Lei 14.133/21: "Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: (...) III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: (...) c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;". Além disso, a assertiva também traz conceituação de notória especialização diversa da trazida na supracitada Lei, vejamos: "Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: (...) XIX - notória especialização: qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato;"

QUESTÃO 31. Evandro Santos, prefeito do município Gama, tem dúvidas acerca da operacionalização do controle externo do julgamento das contas que deve anualmente prestar ao Legislativo. Em razão disso, questionou sua assessoria jurídica acerca dos trâmites necessários para tanto.

Sobre a situação hipotética apresentada, assinale a opção que apresenta a resposta correta a ser dada pela assessoria jurídica.

- a) O julgamento das contas será realizado exclusivamente pela Corte de Contas competente.**
- b) As contas anuais serão prestadas e julgadas exclusivamente pela Câmara Municipal, independentemente da atuação da Corte de Contas.**
- c) O julgamento das contas anuais caberá à Assembleia Legislativa do Estado a que pertence o município Gama.**
- d) O julgamento das contas dependerá da elaboração de parecer prévio da Corte de Contas competente, cuja conclusão só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.**

Comentários

A resposta correta é a **letra D**. A questão trata sobre o julgamento das contas municipais.

A alternativa A está incorreta, pois, de acordo com o art. 31 da Constituição Federal de 1988, as contas prestadas são julgadas tanto pelos Tribunais de Contas, quanto pela Câmaras Municipais. Vejamos: "Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. § 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver. § 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal."

A alternativa B está incorreta, pois, conforme o Art. 31 da Constituição Federal, as contas devem ser prestadas anualmente pelo Prefeito, para serem julgadas pelas Câmaras Municipais com o auxílio das Cortes de Contas: "Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. § 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver. § 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal."

A alternativa C está incorreta, já que, conforme preconiza o Art. 31 da Constituição Federal, o julgamento das contas anuais caberá às Câmaras Municipais auxiliadas pelas Cortes de Contas, e não à Assembleia Legislativa do Estado a que pertence o município: "Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. § 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver."

A alternativa D está correta, pois é o que dispõe o § 2º do Art. 31 da CF/88. Vejamos: "Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. § 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver. § 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal."

QUESTÃO 32. O Município Alfa fez editar um decreto expropriatório por utilidade pública do bem de propriedade de Constância, sob o fundamento de que o imóvel é necessário para a construção de uma escola.

Constância recusou-se a formalizar acordo na via administrativa, na medida em que tem robustas provas de que, na realidade, o objetivo da desapropriação é uma vingança pessoal de seu ex-cônjuge, Rosalvo, que é o atual prefeito do município, que subscreve o mencionado decreto. Diante da ausência de acordo, o Município ajuizou a respectiva ação de desapropriação.

Em razão disso, Constância procurou você, como advogado(a), a fim de elucidar questões atinentes ao problema por ela enfrentado.

Considerando estritamente os fatos narrados, assinale a afirmativa que apresenta, corretamente, sua orientação.

a) A desapropriação não apresenta qualquer vício, considerando que o motivo invocado no decreto é válido, independentemente de Rosalvo ter dela se utilizado para fins de vingança.

b) Em sede de contestação na ação de desapropriação, Constância pode invocar qualquer matéria de fato ou de direito, mediante a produção de provas que viabilizem ao Poder Judiciário a verificação da existência ou não da situação de utilidade pública invocada no decreto.

c) A utilização da desapropriação por Rosalvo para se vingar da ex-cônjuge constitui desvio de finalidade, vício insanável que deverá ser alegado em ação própria, na medida em que a contestação na ação de desapropriação só pode versar sobre vício processual ou impugnação do preço.

d) O município não poderia ter ajuizado a ação de desapropriação, na medida em que esta depende da realização de acordo na via administrativa para a consumação da perda da propriedade.

Comentários

A resposta correta apresentada pela banca é a **letra C**; contudo, defendemos a anulação desta questão. A questão trata do tema da desapropriação por utilidade pública.

A alternativa A, apesar de ter sido considerada incorreta pela banca, não apresenta indícios suficientes para que se postule o vício na desapropriação, eis que não se sabe o destino dado ao bem, a posteriori; como a questão não deixa claro o que ocorreu com o terreno, uma vez desapropriado o imóvel, e, desde que seja utilizado para a destinação invocada no decreto (construção de uma escola), a desapropriação não terá apresentado vício, independentemente de quais motivações ocultas moveram o atual prefeito do município, já que, como explica a alternativa, o motivo apresentado é válido, por se tratar de caso de utilidade pública, conforme o art. 5º, alínea "m" do Decreto-Lei nº 3.365/41: "Art. 5º Consideram-se casos de utilidade pública: (...) m) a construção de edifícios públicos, monumentos comemorativos e cemitérios;".

A alternativa B está incorreta, pois, conforme o artigo 20 do Decreto-Lei 3.365/41 a contestação somente pode versar sobre vício do processo ou impugnação do preço: " Art. 20. A contestação só poderá versar sobre vício do processo judicial ou impugnação do preço; qualquer outra questão deverá ser decidida por ação direta.". Ademais, erra também a assertiva ao prever que o Poder Judiciário poderá verificar se existe ou não a situação de utilidade pública no processo de desapropriação, pois vai de encontro com o previsto pelo art. 9º do referido Decreto-Lei: "Art. 9º. Ao Poder Judiciário é vedado, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública.".

A alternativa C está correta, pois, conforme define o art. 2º, parágrafo único, alínea "e" da Lei nº 4.717/65, a prática do ato visando fim diverso daquele previsto constitui desvio de finalidade, caso em que o ato será nulo, e, portanto, insanável ("Art. 2º São nulos os atos lesivos ao patrimônio das entidades

mencionadas no artigo anterior, nos casos de: (...) e) desvio de finalidade. Parágrafo único. Para a conceituação dos casos de nulidade observar-se-ão as seguintes normas: (...) e) o desvio de finalidade se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência."), devendo ser alegado em ação própria, tendo em vista que, conforme o artigo 20 do Decreto-Lei 3.365/41 a contestação somente pode versar sobre vício do processo ou impugnação do preço: " Art. 20. A contestação só poderá versar sobre vício do processo judicial ou impugnação do preço; qualquer outra questão deverá ser decidida por ação direta."

A alternativa D está incorreta, pois a desapropriação pode ocorrer na esfera administrativa ou judicial, conforme determina o art. 10º do Decreto-Lei 3.365/41: "Art. 10. A desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente, dentro de cinco anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará."

QUESTÃO 33. Diante do grande déficit de servidores, o Estado Alfa realizou concurso público para o cargo da polícia penal, com previsão de cinquenta vagas. O respectivo edital previu o prazo de um ano para o certame, prorrogável por igual período, bem como a realização de exame psicotécnico, de caráter eliminatório, com base em previsão constante da lei e do edital. Após a homologação do certame, ficou constando que Eulália fora aprovada em quadragésimo lugar.

Durante o prazo de validade do concurso anterior, o Estado Alfa abriu novo concurso para o preenchimento de mais cinquenta vagas para o mesmo cargo, com as mesmas previsões editalícias mencionadas, no qual Carlos foi o primeiro colocado.

Recentemente, Carlos foi convocado para nomeação para o cargo em questão, enquanto, até a presente data, Eulália ainda não havia sido chamada, apesar de o seu certame ainda estar no prazo de validade.

Nesse contexto, Eulália buscou a sua assessoria jurídica para fins de esclarecer as suas dúvidas acerca da situação vivenciada, hipótese em que você informou corretamente o que se segue.

a) Eulália não tem direito subjetivo de ser nomeada, considerando que a aprovação em concurso gera mera expectativa de direito.

b) Os concursos em questão estão viciados, na medida em que é nula a previsão editalícia que exija exame psicotécnico de caráter eliminatório.

c) A convocação de Carlos caracteriza a preterição do direito de Eulália, já que ela tem prioridade de ser chamada sobre novos concursados.

d) O prazo de validade estabelecido para os mencionados concursos é inválido, pois a Constituição exige o período razoável de no mínimo dois anos, prorrogável por mais um ano.

Comentários

A resposta correta é a **letra C**. A questão trata do direito subjetivo à nomeação.

A alternativa A está incorreta, pois, conforme entendeu o STF quando do julgamento do RE 837.311, em 2015, a aprovação em concurso público dentro do número de vagas do edital gera direito subjetivo à nomeação do candidato. Vejamos: "Assim, o direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público exsurge nas seguintes hipóteses: 1 – Quando a aprovação ocorrer dentro do número de vagas dentro do edital; 2 – Quando houver preterição na nomeação por não observância da ordem de classificação; 3 – Quando surgirem novas vagas, ou for aberto novo concurso durante a validade do certame anterior, e ocorrer a preterição de candidatos de forma arbitrária e imotivada por parte da administração nos termos acima." (RE 837.311/PI, Rel. Ministro LUIZ FUX, PLENÁRIO, julgado em 09/12/2015, DJe 18/04/2016).

A alternativa B está incorreta, pois a Súmula Vinculante 44 estipula que o exame psicotécnico de caráter eliminatório é válido, desde que haja lei que a autorize, vejamos: "Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público."; entendimento que advém do julgamento do Agravo de Instrumento 758.533/MG pela Suprema Corte: "Antiga é a jurisprudência desta Corte no sentido de que a exigência de avaliação psicológica ou teste psicotécnico, como requisito ou condição necessária ao acesso a determinados cargos públicos de carreira, somente é possível, nos termos da CF/1988, se houver lei em sentido material (ato emanado do Poder Legislativo) que expressamente a autorize, além de previsão no edital do certame." (AI 758.533 QO-RG, voto do rel. min. Gilmar Mendes, P, j. 23-6-2010, DJE 149 de 13-8-2010, Tema 338.).

A alternativa C está correta, pois, conforme julgamento do RE 837.311/PI pelo STF, Eulália possui direito subjetivo à nomeação, tendo em vista que foi aprovada dentro das vagas do edital, e, portanto, a nomeação de Carlos implicaria na preterição do direito dela: "Assim, o direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público exsurge nas seguintes hipóteses: 1 – Quando a aprovação ocorrer dentro do número de vagas dentro do edital; 2 – Quando houver preterição na nomeação por não observância da ordem de classificação; 3 – Quando surgirem novas vagas, ou for aberto novo concurso durante a validade do certame anterior, e ocorrer a preterição de candidatos de forma arbitrária e imotivada por parte da administração nos termos acima." (RE 837.311/PI, Rel. Ministro LUIZ FUX, PLENÁRIO, julgado em 09/12/2015, DJe 18/04/2016).

A alternativa D está incorreta, pois o Art. 37, III da CF/88 prevê que o prazo de validade dos concursos públicos deve ser de até dois anos, e não de no mínimo dois anos, sendo prorrogável por igual período, e não por mais um ano como aduz a assertiva. Vejamos: "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;".

QUESTÃO 34. Há mais de dez anos o Município Delta trava uma batalha judicial com a sociedade empresária Ipsilone, em decorrência de uma construção irregular, que, apesar de não causar qualquer tipo de risco, não logrou obter a devida licença administrativa por violar formalmente as normas então vigentes, mas que trouxe diversos benefícios sociais e turísticos para a coletividade.

Em decorrência do clamor público, o prefeito do Município Delta determinou a realização de uma consulta pública, para viabilizar a celebração de um compromisso que encerrasse a situação jurídica contenciosa, com vistas a melhor atender ao interesse geral.

Em razão disso, os representantes da sociedade Ipsilone buscaram você, como advogado(a), com o objetivo de esclarecer se a conduta do prefeito está adequada ao ordenamento jurídico, notadamente no que concerne às normas de interpretação e aplicação do Direito Público.

Diante dessa situação hipotética, com base no texto da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, assinale a opção que apresenta, corretamente, sua orientação sobre a mencionada consulta.

a) É vedado ao Município Delta realizar o almejado compromisso com a sociedade Ipsilone em decorrência do princípio da indisponibilidade do interesse público.

b) O referido compromisso poderá conferir à sociedade Ipsilone a desoneração permanente de dever reconhecido por orientação geral, diante do princípio da supremacia do interesse público.

c) O compromisso pretendido deve produzir efeitos a partir da respectiva formalização, antes mesmo de sua publicação oficial, à luz do princípio da transparência.

d) O compromisso em questão deverá buscar solução jurídica proporcional, equânime, eficiente e compatível com interesses gerais.

Comentários

A resposta correta é a **letra D**. A questão trata da Lei de Introdução ao Direito Brasileiro, no tocante à possibilidade de realização de compromisso para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público.

A alternativa A está incorreta, pois, conforme o Art. 26 da LINDB, a autoridade administrativa pode celebrar compromissos com os interessados visando eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, desde que haja razões de relevante interesse geral e seja observada a legislação aplicável, sem que isso fira algum princípio administrativo: "Art. 26. Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial."

A alternativa B está incorreta, pois vai de encontro ao exposto pelo inciso III do §1º do Art. 26 da LINDB, vejamos: "Art. 26. Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial. § 1º O compromisso referido no caput deste artigo: (...) III - não poderá conferir desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecidos por orientação geral;"

A alternativa C está incorreta, pois diverge do previsto pelo artigo 26 da LINDB, o qual estipula que os efeitos do compromisso só serão produzidos a partir de sua publicação oficial: "Art. 26. Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial."

A alternativa D está correta, pois é o que determina o inciso I do §1º do art. 26 da LINDB. Vejamos: "Art. 26. Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial. § 1º O compromisso referido no caput deste artigo: I - buscará solução jurídica proporcional, equânime, eficiente e compatível com os interesses gerais;"

QUESTÃO 35. A Sociedade Divergente, após os procedimentos pertinentes, obteve a licença de operação para as atividades lesivas ao meio ambiente que exerce pelo prazo de dez anos. Para tanto, vem cumprindo todas as condicionantes da licença ambiental, inclusive medidas mitigadoras e compensatórias, então determinadas pelo órgão competente. Dois anos depois da concessão da mencionada licença de operação, houve um grande avanço tecnológico, que viabiliza a drástica redução das externalidades negativas do empreendimento em questão. Por isso, foi editada uma lei que passou a exigir o emprego da nova técnica, inclusive, para as atividades já licenciadas. Em razão disso, os representantes da mencionada pessoa jurídica consultaram a sua assessoria jurídica para dirimir as dúvidas relacionadas aos efeitos do mencionado Diploma Legal superveniente na licença regularmente obtida em momento anterior, situação em que você esclareceu, corretamente, que a exigência da nova técnica

a) poderá condicionar apenas os empreendimentos que não tenham obtido a licença de instalação ou a de operação, não podendo, em nenhuma hipótese, afetar aquelas que tenham sido validamente concedidas.

b) importará na anulação automática da licença de operação anteriormente concedida, independentemente de motivação do respectivo órgão competente, por se tratar de medida mais protetiva ao meio ambiente.

c) não poderá ser aplicada em nenhuma situação em que a licença ambiental tenha sido deferida de forma válida, seja ela prévia, de instalação ou de operação, de modo que somente pode condicionar os empreendimentos que ainda não iniciaram o licenciamento ambiental.

d) é passível de ser exigida mesmo para as situações em que há licença de operação válida, pois o órgão ambiental competente, mediante decisão motivada poderá modificar as condicionantes, suspender ou cancelar licença expedida, quando ocorrer inadequação às normas legais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o conhecimento sobre licença ambiental.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que a nova técnica é passível de ser exigida, mesmo para as situações em que há licença de operação válida, tendo em vista a edição de uma lei que passou a exigir o emprego da nova técnica, inclusive, para as atividades já licenciadas. De acordo com o art. 19, I, da Resolução nº 237 do CONAMA: “Art. 19. O órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer: I - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais”.

A alternativa B está incorreta, pois a superveniência do diploma legal não importa na anulação automática da licença de operação anteriormente concedida, sendo necessária decisão motivada do respectivo órgão competente. Nesse sentido, dispõe o art. 19, I, da Resolução nº 237 do CONAMA que: “Art. 19. O órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer: I - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais”.

A alternativa C está incorreta, pois a nova técnica é passível de ser exigida, mesmo para as situações em que há licença de operação válida, tendo em vista a edição de uma lei que passou a exigir o emprego da nova técnica, inclusive, para as atividades já licenciadas. De acordo com o art. 19, I, da Resolução nº 237 do CONAMA: “Art. 19. O órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer: I - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais”.

A alternativa D está correta, pois a nova técnica é passível de ser exigida, mesmo para as situações em que há licença de operação válida, tendo em vista a edição de uma lei que passou a exigir o emprego da nova técnica, inclusive, para as atividades já licenciadas. De acordo com o art. 19, I, da Resolução nº 237 do CONAMA: “Art. 19. O órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer: I - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais”.

QUESTÃO 36. Gentil realiza atividade de agricultura familiar, tem um aviário e cria alguns animais, notadamente para a produção de leite. A pequena propriedade rural de Gentil vem sendo drasticamente afetada pelas alterações do entorno, de modo que o acesso à água, que já foi abundante, resta cada vez mais comprometido, configurando o contexto chamado de escassez hídrica. Em razão disso, Gentil consultou você, como advogado(a) especializado(a) em Direito Ambiental, acerca da existência e do delineamento de uma Política Nacional de Recursos Hídricos, até mesmo para viabilizar o acesso à água fora dos limites de sua propriedade. Com relação aos fundamentos da mencionada Política, na forma prevista na Lei nº 9.433/1997, você informou a Gentil que a legislação em vigor lhe confere o direito de continuar com suas atividades, com base na seguinte afirmativa:

a) A água é um bem privado, de modo que pertence aos proprietários das terras em que se situam, que podem explorá-las economicamente sem autorização do Poder Público.

b) A água, por ser um recurso ilimitado, não possui valor econômico, de modo que deve ser utilizada por todos os interessados de comum acordo.

c) O uso prioritário dos recursos hídricos, em situações de escassez, é para o consumo humano e a dessedentação de animais.

d) A gestão de recursos hídricos é centralizada em âmbito federal, de modo que não pode contar com a participação dos usuários e das comunidades, que, entretanto, têm o direito de exercer atividades econômicas com a utilização da água.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o conhecimento sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos prevista na Lei nº 9.433/97.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que a água não é um bem privado, mas trata-se de bem de domínio público. De acordo com o art. 1º, I, da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/97): “Art. 1º A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos: I - a água é um bem de domínio público”.

A alternativa B está incorreta, pois a água é um recurso limitado, que possui valor econômico, nos termos do art. 1º, II, da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/97): “Art. 1º A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos: II - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico”.

A alternativa C está correta, pois traz a redação literal expressa do art. 1º, III, da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/97): “Art. 1º A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos: III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais”.

A alternativa D está incorreta, pois a gestão de recursos hídricos é descentralizada e deve contar com a participação dos usuários e das comunidades, conforme o disposto no art. 1º, VI, da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/97): “Art. 1º A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos: VI - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades”.

QUESTÃO 37. Um ano antes da morte de Otávio, Natália, 19 anos, ajuizou ação declaratória de filiação, alegando ter nascido antes de trezentos dias da dissolução da sociedade conjugal de Otávio com Antônia, mãe dela.

Otávio ainda teve tempo de contestar, alegando que, à época em que Antônia engravidou, ele sofria de impotência, e que ela o traía com Bernardo, irmão gêmeo univitelino dele — fato que foi devidamente comprovado, que o levou a se separar e a pedir o divórcio. Otávio faleceu pouco depois da contestação.

Sobre o caso, assinale a afirmativa correta.

- a) Os herdeiros de Otávio podem, após a sua morte, prosseguir na ação.**
- b) Opera presunção absoluta de que Otávio é pai de Natália.**
- c) O adultério de Antônia é suficiente para afastar a presunção de paternidade de Otávio.**
- d) A alegação de impotência, ainda que provada, é irrelevante para a discussão da filiação.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou sobre filiação.

A alternativa A está correta. Os herdeiros de Otávio, podem, após sua morte, prosseguir na ação de contestação da filiação, nos termos do Código Civil: Art. 1.601. Cabe ao marido o direito de contestar a paternidade dos filhos nascidos de sua mulher, sendo tal ação imprescritível. Parágrafo único. Contestada a filiação, os herdeiros do impugnante têm direito de prosseguir na ação”.

A alternativa B está incorreta. A presunção é absoluta quando não admite prova em contrário, por tanto, a alternativa está incorreta, já que cabe ao marido o direito de contestar a paternidade dos filhos nascidos de sua mulher, nos termos do art. 1.601 do Código Civil.

A alternativa C está incorreta. O adultério de Antônia por si só, não é suficiente para afastar a presunção de paternidade de Otávio, nos termos do Código Civil: “Art. 1.600. Não basta o adultério da mulher, ainda que confessado, para ilidir a presunção legal da paternidade”.

A alternativa D está incorreta. A prova de impotência retira a presunção de paternidade, por tanto, é relevante para a discussão da filiação, nos termos do Código Civil: “Art. 1.599. A prova da impotência do cônjuge para gerar, à época da concepção, ilide a presunção da paternidade”.

QUESTÃO 38. Aluísio concedeu um empréstimo a Fábio e, como garantia do empréstimo, Letícia concedeu a Aluísio a fiança, renunciando ao benefício de ordem.

Considerando essa hipótese, assinale a afirmativa correta.

- a) Letícia só pode conceder a Aluísio a fiança se houver o consentimento de Fábio.**
- b) Se houver convenção expressa das partes, a fiança concedida por Letícia pode ser de valor superior à dívida de Fábio.**
- c) Caso o empréstimo tenha sido verbal, a fiança também poderá sê-lo, pois, sendo contrato acessório, sua forma segue a do principal.**
- d) Ao renunciar ao benefício de ordem, Letícia não poderá alegar que primeiro sejam executados os bens de Fábio.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou sobre fiança.

A alternativa A está incorreta. A lei não prevê que seja obrigatório o consentimento do devedor, nos termos do Código Civil: “Art. 820. Pode-se estipular a fiança, ainda que sem consentimento do devedor ou contra a sua vontade”.

A alternativa B está incorreta. A fiança não poderá ser superior ao valor da dívida que assegura, nos termos do Código Civil: “Art. 823. A fiança pode ser de valor inferior ao da obrigação principal e contraída em condições menos onerosas, e, quando exceder o valor da dívida, ou for mais onerosa que ela, não valerá senão até ao limite da obrigação afiançada”.

A alternativa C está incorreta. A fiança não pode ser convencionada verbalmente, deverá se dar de forma escrita, nos termos do Código Civil: “Art. 819. A fiança dar-se-á por escrito, e não admite interpretação extensiva”.

A alternativa D está correta. O benefício de ordem é o direito do fiador - ao ser demandado judicialmente pelo pagamento da dívida que garantiu por meio da fiança - de exigir do credor que primeiro se persigam os bens do devedor principal, antes perseguir os bens do fiador. Como Leticia renunciou a este direito, não poderá exigir que sejam primeiro executados os bens do devedor, nos termos do Código Civil: “Art. 827. O fiador demandado pelo pagamento da dívida tem direito a exigir, até a contestação da lide, que sejam primeiro executados os bens do devedor. Art. 828. Não aproveita este benefício ao fiador: I - se ele o renunciou expressamente;”.

QUESTÃO 39. João é proprietário de um terreno e, por meio de escritura pública devidamente registrada no registro de imóveis, concedeu a Paula o direito real de superfície sobre esse imóvel, podendo Paula nele plantar pelo período de cinco anos. Decorridos dois anos da celebração do contrato, João decidiu vender o terreno a Fábio.

Antes de ultimada a venda, Paula foi informada da intenção de venda e ofereceu a João as mesmas condições para que ela própria adquirisse o terreno.

Diante dessa situação, considerando a disciplina prevista no Código Civil, assinale a afirmativa correta.

a) João não pode vender o imóvel a terceiros durante o prazo de vigência do direito real de superfície, de modo que, apenas após o decurso do prazo de cinco anos, João pode vender o imóvel a Fábio.

b) João pode vender o imóvel a Fábio, ainda que Paula tenha oferecido as mesmas condições para adquirir o terreno, mas, uma vez adquirido o terreno, Fábio estará obrigado a respeitar o direito real de superfície de Paula.

c) João apenas restará obrigado a vender o imóvel a Paula se as condições oferecidas por ela forem melhores do que as oferecidas por Fábio, o que não é o caso.

d) João é obrigado a respeitar o direito de preferência de Paula, em igualdade de condições, na aquisição do imóvel, caso decida vender o terreno.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou sobre o direito real de superfície.

A alternativa A está incorreta. Não há previsão legal nesse sentido, por tanto, João poderá alienar o bem que é de sua propriedade, mas deverá respeitar o direito de preferência do superficiário, nos termos do artigo 1.373 do Código Civil.

A alternativa B está incorreta. Veja que Paula tem direito de preferência, já que ela é superficiário do imóvel e ofereceu as mesmas condições para adquirir o terreno, por tanto, João deve vender o terreno a Paula, nos termos do Código Civil: “Art. 1.373. Em caso de alienação do imóvel ou do direito de superfície, o superficiário ou o proprietário tem direito de preferência, em igualdade de condições”.

A alternativa C está incorreta. João ficará obrigado a vender a Paula por causa do direito de preferência, se ela oferecer condições idênticas e não melhores, nos termos do artigo 1.373 do Código Civil.

A alternativa D está correta. João é obrigado a respeitar o direito de preferência de Paula, em igualdade de condições, na aquisição do imóvel, caso decida vender o terreno, nos termos do Código Civil: “Art. 1.373. Em caso de alienação do imóvel ou do direito de superfície, o superficiário ou o proprietário tem direito de preferência, em igualdade de condições”.

QUESTÃO 40. Lúcia, após negociações, concordou em vender para Cristina um imóvel pelo valor de R\$500.000,00. Diante disso, as partes celebraram contrato definitivo de compra e venda, prevendo o objeto do contrato (o imóvel), o preço (R\$500.000,00), a forma de pagamento e outras estipulações de caráter acessório. O contrato foi firmado por meio de instrumento particular.

Considerando essas informações, sobre o contrato celebrado assinale a afirmativa correta.

a) É anulável, pois a escritura pública é essencial à sua validade.

b) É nulo, pois contém vício de consentimento consistente em erro.

c) É plenamente válido, produzindo integralmente os seus efeitos, uma vez que a compra e venda definitiva tem como elementos essenciais a coisa, o preço e o consenso das partes.

d) É nulo, porque a compra e venda definitiva deveria ter sido celebrada mediante escritura pública, mas é possível sua conversão em contrato preliminar de compra e venda, o que pode ser feito mediante instrumento particular.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou sobre o contrato de compra e venda.

A alternativa A está incorreta. A escritura pública é requisito de validade para a compra e venda de um imóvel de valor superior a trinta vezes o maior salário-mínimo, por tanto, o contrato não é válido, sendo nulo e não anulável, nos termos do artigo 108 do Código Civil: “Art. 108. Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País.”

A alternativa B está incorreta. O contrato é nulo, pois não foram cumpridos os requisitos de forma, que exige que o contrato de compra e venda seja feito por escritura pública. O enunciado não menciona nenhuma situação que nos leve a acreditar que há erro, ignorância, dolo, coação, lesão ou estado de perigo, nos termos do artigo 108 do Código Civil: “Art. 108. Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País.”

A alternativa C está incorreta. A escritura pública é requisito de validade para a compra e venda de um imóvel de valor superior a trinta vezes o maior salário-mínimo, por tanto, o contrato não é válido, nos termos do artigo 108 do Código Civil: “Art. 108. Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País.”

A alternativa D está correta. O contrato é nulo pois a escritura pública é requisito de validade. Porém, é possível sua conversão em contrato preliminar de compra e venda, o que pode ser feito mediante instrumento particular, nos termos do Código Civil: “Art. 170. Se, porém, o negócio jurídico nulo contiver os requisitos de outro, subsistirá este quando o fim a que visavam as partes permitir supor que o teriam querido, se houvessem previsto a nulidade”.

QUESTÃO 41. Adriana é fisioterapeuta e prestou serviços a Vitória (sessões de fisioterapia). Como contraprestação ao serviço prestado, Vitória se comprometeu a pagar a quantia de R\$1.000,00 a Adriana. A obrigação foi registrada em instrumento contratual escrito. Posteriormente, Adriana cedeu seu crédito contra Vitória para Paulo.

Sobre a cessão do crédito de Adriana para Paulo, assinale a afirmativa correta.

- a) É inválida, pois a natureza do crédito resultante de contrato de prestação de serviços não é compatível com a cessão.**
- b) É ineficaz perante Vitória, salvo se ela tiver sido devidamente notificada do referido negócio ou se ela tiver se declarado ciente da cessão feita.**
- c) Antes de ter tido conhecimento dela, Vitória não poderá opor a Paulo o eventual pagamento da dívida que já tenha efetuado a Adriana.**
- d) Não havendo estipulação em contrário, caso Vitória se torne insolvente, Adriana responderá a Paulo pela dívida cedida.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou sobre cessão de crédito.

A alternativa A está incorreta. O credor poderá ceder seu crédito, já que não há proibição legal e o enunciado não informa que no contrato de prestação de serviços assinado por Adriana e Vitória fosse vedada a cessão de crédito. Veja Código Civil: “Art. 286. O credor pode ceder o seu crédito, se a isso não se opuser a natureza da obrigação, a lei, ou a convenção com o devedor; a cláusula proibitiva da cessão não poderá ser oposta ao cessionário de boa-fé, se não constar do instrumento da obrigação”.

A alternativa B está correta. A cessão do crédito não tem eficácia em relação ao devedor, senão quando a este notificada, nos termos do artigo 290 do Código Civil.

A alternativa C está incorreta. Fica desobrigado o devedor que, antes de ter conhecimento da cessão, paga ao credor primitivo, ou que, no caso de mais de uma cessão notificada, paga ao cessionário que lhe apresenta, com o título de cessão, o da obrigação cedida; quando o crédito constar de escritura pública, prevalecerá a prioridade da notificação, nos termos do artigo 292 do Código Civil.

A alternativa D está incorreta. Adriana não responderá ante Paulo pela insolvência de Vitória, já que salvo estipulação em contrário, o cedente não responde pela solvência do devedor, nos termos do artigo 296 do Código Civil.

QUESTÃO 42. João, viúvo, é pai da Marcela e Tatiana, capazes, que não possuem filhos. Por ocasião da morte de João, ambas as filhas são chamadas a aceitar a herança, no valor de R\$200.000,00. Por ser devedora do Banco XYZ, no valor de R\$50.000,00, Marcela, com receio da instituição financeira a privar da herança, decide renunciar seu quinhão, o que faz por meio de escritura pública. Tatiana, por sua vez, manifesta sua aceitação.

Acerca desta situação, assinale a afirmativa correta.

- a) Ante a existência de credor, a renúncia de Marcela é inválida.**
- b) O Banco XYZ poderá aceitar a totalidade do quinhão deixado para Marcela.**
- c) Diante da aceitação da herança, Tatiana poderá ser responsabilizada pelo débito de Marcela.**
- d) O quinhão de Marcela poderá ser aceito pelo Banco XYZ até o valor de seu crédito.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou sobre renúncia de herança.

A alternativa A está incorreta. A renúncia de Marcela é válida, pois conforme o enunciado Marcela é maior e capaz. Não há qualquer menção de incapacidade ou vícios de consentimento.

A alternativa B está incorreta. O Banco XYZ somente poderá aceitar o valor correspondente as dívidas do renunciante, devendo devolver o remanescente aos demais herdeiros, nos termos do art. 1.813 do Código Civil.

A alternativa C está incorreta. Não há nenhum motivo elencado no enunciado que nos leve a pensar que Tatiana tem alguma responsabilidade no débito da irmã, por tanto, a mera aceitação da herança não traz qualquer responsabilidade entre as obrigações individuais de cada herdeiro. Não há nenhuma previsão legal neste sentido.

A alternativa D está correta. O quinhão de Marcela poderá ser aceito pelo Banco XYZ até o valor de seu crédito, nos termos do Código Civil: “Art. 1.813. Quando o herdeiro prejudicar os seus credores, renunciando à herança, poderão eles, com autorização do juiz, aceitá-la em nome do renunciante. § 1º A habilitação dos credores se fará no prazo de trinta dias seguintes ao conhecimento do fato. § 2º Pagas as dívidas do renunciante, prevalece a renúncia quanto ao remanescente, que será devolvido aos demais herdeiros”.

QUESTÃO 43. Márcio, adolescente com 16 anos, foi apreendido em flagrante na prática de ato infracional análogo ao roubo qualificado por emprego de arma de fogo. Foi, de plano, colocado em internação provisória, durante o curso do processo. Depois de todo o trâmite processual, que foi absolutamente regular e esmerado, a autoridade judiciária reconheceu na sentença que não havia prova da existência do ato infracional imputado originalmente, o que ocasionou a absolvição de Márcio, sendo certo que a decisão foi omissa em relação à soltura do adolescente. Entretanto, o fato de a sentença estar baseada na inexistência de provas e no reconhecimento da sua própria falibilidade, fundamento basilar da própria existência da recorribilidade das decisões judiciais, postergou para o trânsito em julgado a liberação do adolescente. Acerca da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

a) A sentença mostra plena correção, adequada ao ordenamento jurídico processual e às disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente.

b) A manutenção da internação até o trânsito em julgado é medida irregular, devendo Márcio ser posto em liberdade, imediatamente, quando da prolação da sentença.

c) A colocação do adolescente internado em liberdade deve ser imediata apenas no caso de a sentença reconhecer a inexistência do fato análogo ao crime, não havendo falha na decisão de manter sua internação.

d) A colocação do adolescente internado em liberdade deve ser imediata somente na hipótese de a sentença reconhecer que o adolescente não praticou ou concorreu para a prática do fato análogo ao crime, estando correta a decisão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o conhecimento sobre internação provisória.

A alternativa A está incorreta, pois a sentença é inadequada ao ordenamento jurídico processual e às disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, tendo em vista que a absolvição por falta de prova da existência do ato infracional enseja a liberdade imediata de Márcio. De acordo com o art. 189, II e parágrafo único, do ECA: “Art. 189. A autoridade judiciária não aplicará qualquer medida, desde que reconheça na sentença: II - não haver prova da existência do fato; (...) Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, estando o adolescente internado, será imediatamente colocado em liberdade”.

A alternativa B está correta, pois Márcio deve ser posto em liberdade imediatamente. Depreende-se do enunciado que a autoridade judiciária reconheceu na sentença que não havia prova da existência do ato infracional imputado originalmente, o que ocasionou a absolvição de Márcio. Assim, de acordo com o art. 189, II e parágrafo único, do ECA: “Art. 189. A autoridade judiciária não aplicará qualquer medida, desde que reconheça na sentença: II - não haver prova da existência do fato; (...) Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, estando o adolescente internado, será imediatamente colocado em liberdade”.

A alternativa C está incorreta, pois, de acordo com o art. 189 do ECA, a colocação do adolescente internado em liberdade deve ser imediata nas seguintes hipóteses: “Art. 189. A autoridade judiciária não aplicará qualquer medida, desde que reconheça na sentença: I - estar provada a inexistência do fato; II - não haver prova da existência do fato; III - não constituir o fato ato infracional; IV - não existir prova de ter o adolescente concorrido para o ato infracional. Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, estando o adolescente internado, será imediatamente colocado em liberdade”.

A alternativa D está incorreta, pois, de acordo com o art. 189 do ECA, a colocação do adolescente internado em liberdade deve ser imediata nas seguintes hipóteses: “Art. 189. A autoridade judiciária não aplicará qualquer medida, desde que reconheça na sentença: I - estar provada a inexistência do fato; II - não haver prova da existência do fato; III - não constituir o fato ato infracional; IV - não existir prova de ter o adolescente concorrido para o ato infracional. Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, estando o adolescente internado, será imediatamente colocado em liberdade”.

QUESTÃO 44. Pedro, com 12 anos, foi vítima de bullying na escola em que estuda. Durante o recreio, um grupo de colegas da mesma idade o jogou, à força, dentro da lixeira. Um dos adolescentes filmou o ato e o divulgou em redes sociais, em tom de escárnio. Um jornal com veiculação on-line, em tom de reprovação da conduta e para combater a prática de bullying, reprisou as imagens que circularam pelas redes sociais. O pai de Pedro, enfurecido, procura você, como advogado(a), para colher a orientação jurídica sobre as providências cíveis cabíveis, especialmente indenizatórias. Assinale a opção que apresenta, corretamente, a orientação recebida.

a) O jornal que reprisou as imagens, mesmo não sendo autor da filmagem, poderá ser demandado na esfera cível para fins de compensação pelo dano moral que a divulgação do ato representou.

b) O adolescente que realizou a filmagem deve ser o único demandado em caso de judicialização da questão, porque foi o autor da violação à imagem.

c) Os adolescentes que efetuaram o ato de atirar Pedro na lixeira deverão ser demandados em eventual judicialização, pois foram os autores da única verdadeira infração existente no caso.

d) Não há que se falar em responsabilização de qualquer sorte, pois sobre o ato em si, os praticantes e quem filmou são infensos à persecução cível e, o jornal, apenas cumpriu o papel relevante de divulgar e combater o bullying.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o conhecimento sobre

A alternativa A está correta. O art. 17 do ECA prevê o direito fundamental da criança e do adolescente ao respeito e à preservação da sua imagem, vejamos: “Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais”. De modo que há responsabilidade civil do jornal que reprisou as imagens constrangedoras de Pedro, tendo em vista que ocorreu a violação dos direitos à honra, à imagem, à privacidade e à intimidade do adolescente. Sobre o tema, destaca-se o seguinte trecho da ementa do AgInt no AREsp n. 312.647/SP: “1. Não obstante o caráter informativo do noticiário demandado e seu perceptível interesse público, verifica-se o abuso no direito de informar, decorrente do uso indevido de imagem de menores (mãe adolescente e seu filho), sem autorização dos responsáveis legais, para ilustrar matéria relativa à gravidez precoce. 2. A obrigação de reparação decorre do próprio uso indevido da imagem, não havendo que se cogitar da prova da existência concreta de prejuízo ou dano, nem se investigar as consequências reais do uso, sendo completamente desinfluyente aferir se ofensivo ou não o conteúdo do ilícito”. Além disso, a veiculação sem autorização da imagem de menor de idade configura ato ilícito, por infração direta ao disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Segundo a jurisprudência do STJ, “O dever de indenização por dano à imagem de criança veiculada sem a autorização do representante legal é in re ipsa” (REsp n. 1.628.700/MG).

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que o adolescente que realizou a filmagem, os colegas que jogaram Pedro, à força, dentro da lixeira e o jornal que veiculou as imagens devem ser demandados em caso de judicialização para reparação cível, especialmente indenizatória.

A alternativa C está incorreta, pois o adolescente que realizou a filmagem também praticou ato infracional análogo ao crime de intimidação sistemática (bullying), da mesma forma que os adolescentes que jogaram Pedro, à força, dentro da lixeira. De acordo com o art. 146-A do Código Penal: “Art. 146-A. Intimidar sistematicamente, individualmente ou em grupo, mediante violência física ou psicológica, uma ou mais pessoas, de modo intencional e repetitivo, sem motivação evidente, por meio de atos de intimidação, de humilhação ou de discriminação ou de ações verbais, morais, sexuais, sociais, psicológicas, físicas, materiais ou virtuais: Pena - multa, se a conduta não constituir crime mais grave. (Incluído pela Lei nº 14.811, de 2024)”.

A alternativa D está incorreta, pois o adolescente que realizou a filmagem, os colegas que jogaram Pedro, à força, dentro da lixeira e o jornal que veiculou as imagens devem ser demandados em caso de judicialização para reparação cível, especialmente indenizatória.

QUESTÃO 45. Nísia adquiriu um fogão a gás de cinco bocas, sendo o produto entregue no dia 12 de setembro de 2023, lacrado e em perfeito estado quanto ao aspecto externo. O produto foi instalado no mesmo dia; contudo, o fogão só começou a ser utilizado a partir de 20 de setembro.

No dia do primeiro uso, Nísia notou um superaquecimento do forno, pois mesmo que o botão fosse manejado para a temperatura mínima de 150 C° (cento e cinquenta graus Celsius), o forno continuava exalando calor correspondente à temperatura máxima de 300° (trezentos graus Celsius).

No dia 22 de setembro de 2023, Nísia entrou em contato por telefone e por mensagens de correio eletrônico com o serviço de atendimento ao fabricante (SAC) pedindo a troca do produto em razão de vício de qualidade, detectado no primeiro uso e inquestionável. A reclamação foi recebida no mesmo dia, como consta no protocolo, mas a resposta só foi transmitida no dia 30 de setembro, sendo negativa, fato que motivou Nísia a apresentar, no dia 13 de outubro, reclamação perante o órgão estadual de defesa do consumidor.

Segundo o Código de Defesa do Consumidor, sobre o prazo decadencial referente ao direito de reclamar por vício de produto durável, assinale a afirmativa correta.

a) O prazo deve ser de 90 dias, sendo obstado pela reclamação formulada por Nísia ao fabricante do fogão até a resposta negativa correspondente.

b) O prazo deve ser de 30 dias, não sendo obstado nem pela reclamação formulada perante o fabricante nem pelo órgão de defesa do consumidor.

c) O prazo deve ser de 90 dias, sendo obstado pela reclamação formalizada por Nísia perante o órgão estadual de defesa do consumidor, devendo ser retomado 90 dias depois da data da reclamação, caso o problema persista.

d) O prazo deve ser de 30 dias, não sendo obstado pela reclamação formulada perante o órgão de defesa do consumidor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou sobre vício do produto.

A alternativa A está correta. Já que o fogão é um produto durável, o prazo deve ser de 90 dias, sendo obstado ela reclamação formulada por Nísia ao fabricante do fogão até a resposta negativa correspondente, nos termos do CDC: “Art. 26. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em: II - noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis. § 2º Obstat a decadência: I - a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca;”.

A alternativa B está incorreta. O direito de reclamar os vícios será de 90 dias e não de 30, pois o fogão é um produto durável. Além disso, obsta a decadência a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca. Veja CDC: “Art. 26. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em: I - trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis; § 2º Obstat a decadência: I - a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca;”.

A alternativa C está incorreta. Veja que obsta a decadência a reclamação formulada perante o fornecedor de produtos e serviços e não perante os órgãos estaduais, conforme afirma a alternativa. Veja CDC: “Art. 26. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em: § 2º Obstat a decadência: I - a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca; II - (Vetado). III - a instauração de inquérito civil, até seu encerramento”.

A alternativa D está incorreta. Já que o fogão é um produto durável, o prazo deve ser de 90 dias, sendo obstado ela reclamação formulada por Nísia ao fabricante do fogão até a resposta negativa correspondente, nos termos do CDC: “Art. 26. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em: II - noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis. § 2º Obstat a decadência: I - a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca;”.

QUESTÃO 46. Jordana, aposentada, 89 anos, o(a) procurou como advogado(a) porque fora atraída por ligação telefônica de instituição financeira Banco Mútuo S.A., que anunciava oferta de crédito sem análise de situação financeira do consumidor.

Jordana, que na época da oferta do crédito estava em situação financeira muito difícil, contratou a abertura de crédito. Diante do valor reduzido de sua aposentadoria e dos compromissos indispensáveis ao lar e à saúde, celebrados ao longo do ano, não tem mais como pagar todas as dívidas, que a cada mês ficam maiores.

Diante da situação hipotética apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) É direito básico do consumidor a garantia de práticas de crédito responsável, bem como a proteção contra a publicidade enganosa.**
- b) Para responsabilizar o Banco Mútuo S.A., impondo-lhe a obrigação de indenizar, é necessário comprovar o ato de negligência do preposto do banco.**
- c) Tendo em vista que a contratação se deu fora do estabelecimento empresarial, Jordana tinha o prazo de dez dias para exercer o seu direito de arrependimento.**
- d) As instituições financeiras não são obrigadas a analisar a situação financeira do consumidor, apenas consultar os serviços de proteção ao crédito antes de concedê-lo.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou sobre superendividamento.

A alternativa A está correta. São direitos básicos do consumidor a garantia de práticas de crédito responsável, bem como a proteção contra a publicidade enganosa, nos termos do CDC: “Art. 6º São direitos básicos do consumidor: IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no

fornecimento de produtos e serviços; XI - a garantia de práticas de crédito responsável, de educação financeira e de prevenção e tratamento de situações de superendividamento, preservado o mínimo existencial, nos termos da regulamentação, por meio da revisão e da repactuação da dívida, entre outras medidas;”.

A alternativa B está incorreta, já que não é necessário comprovar a negligência do funcionário para responsabilizar o banco, pois se trata de responsabilidade objetiva do fornecedor do serviço, nos termos do CDC: “Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. § 1º O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais: I - o modo de seu fornecimento; II - o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam;”.

A alternativa C está incorreta, pois o prazo de desistência em caso de contratação fora do estabelecimento empresarial é de 7 dias, nos termos do CDC: “Art. 49. O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 7 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio”.

A alternativa D está incorreta, pois as instituições financeiras são obrigadas a analisar a situação financeira do consumidor, nos termos do CDC: “Art. 54-C. É vedado, expressa ou implicitamente, na oferta de crédito ao consumidor, publicitária ou não: II - indicar que a operação de crédito poderá ser concluída sem consulta a serviços de proteção ao crédito ou sem avaliação da situação financeira do consumidor; Art. 54-D. Na oferta de crédito, previamente à contratação, o fornecedor ou o intermediário deverá, entre outras condutas: II - avaliar, de forma responsável, as condições de crédito do consumidor, mediante análise das informações disponíveis em bancos de dados de proteção ao crédito, observado o disposto neste Código e na legislação sobre proteção de dados;”.

QUESTÃO 47. O contrato de constituição de uma sociedade empresária foi assinado pelos sócios no dia 17 de abril de 2023, iniciando-se nessa data a atividade social. O sócio Ubajara Horizonte, administrador nomeado no contrato, somente apresentou o documento para arquivamento na Junta Comercial no dia 22 de maio de 2023, sendo deferido dois dias depois.

Considerados esses dados, assinale a afirmativa correta.

a) Em razão de a representação extrajudicial da sociedade empresária caber, por lei, a seu administrador, nenhum dos sócios poderia requerer o arquivamento do contrato antes de 22 de maio de 2023.

b) A sociedade, em nenhum momento, funcionou irregularmente, pois o prazo para o requerimento do arquivamento só expiraria em 16 de junho de 2023; logo, foi tempestivo na data em que foi feito.

c) A sociedade funcionou irregularmente até a data do requerimento de arquivamento, mas tal fato foi sanado com o efeito ex tunc do deferimento pela Junta Comercial.

d) O sócio administrador pode ser responsabilizado pela demora no requerimento de arquivamento do contrato social, eis que não foi respeitado o prazo legal de trinta dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou sobre registro empresarial.

A alternativa A está incorreta. Se não existir um administrador, todos os sócios podem realizar o arquivamento do contrato social.

A alternativa B está incorreta. A empresa funcionou irregularmente do dia 17 de maio a 22 de maio, quando o ato constitutivo foi arquivado, pois esgotado o prazo legal de 30 dias. Nesse sentido, dispõe o artigo 998 do Código Civil: Art. 998. Nos trinta dias subseqüentes à sua constituição, a sociedade deverá requerer a inscrição do contrato social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 36 da Lei nº 8.934/94: Art. 36. Os documentos referidos no inciso II do art. 32 [documentos relativos à constituição de firmas mercantis individuais, sociedades mercantis e cooperativas] deverão ser apresentados a arquivamento na junta, dentro de 30 (trinta) dias contados de sua ASSINATURA, a cuja data [da assinatura] retroagirão os efeitos do arquivamento; fora desse prazo, o arquivamento só terá eficácia a partir do despacho que o conceder.”

A alternativa D está correta. Com a inscrição do ato constitutivo no registro, a empresa adquire personalidade jurídica. A ausência de inscrição implica na responsabilidade pessoal dos sócios pelas obrigações da sociedade. Assim, o administrador deverá ser responsabilizado pelos prejuízos dos sócios, caso não efetue o registro: Art. 985. A sociedade adquire personalidade jurídica com a inscrição, no registro próprio e na forma da lei, dos seus atos constitutivos (arts. 45 e 1.150). Ademais, dispõe o artigo 1.016: Os administradores respondem solidariamente perante a sociedade e os terceiros prejudicados, por culpa no desempenho de suas funções.

QUESTÃO 48. Marialva Castro foi nomeada pelo empresário individual Wenceslau Paiçandu como gerente do seu estabelecimento, intitulado Hortifruti Fazenda Rio Grande. No instrumento de outorga de poderes consta que Marialva Castro não está autorizada a conceder desconto de preços nem receber pagamentos por cartão de crédito.

De acordo com o Código Civil, considerando os fatos narrados e a condição de preposto de Marialva Castro, assinale a afirmativa correta.

a) As limitações contidas na outorga de poderes pelo empresário ao preposto, para serem opostas a terceiros, dependem do arquivamento e da averbação do instrumento no Registro Público de Empresas Mercantis.

b) As limitações contidas na outorga de poderes pelo empresário ao preposto, para serem opostas a terceiros, dependem do arquivamento e da averbação do instrumento no Registro de Títulos e Documentos.

c) A modificação ou a revogação dos poderes concedidos por Wenceslau Paçandu a Marialva Castro pode ser feita sem necessidade de arquivamento e de averbação do novo documento no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo das Juntas Comerciais.

d) Independentemente do arquivamento e da averbação do instrumento de outorga de poderes em qualquer registro, Wenceslau Paçandu responderá por quaisquer atos praticados pela gerente, dentro ou fora dos limites fixados, mesmo provado que a pessoa que tratou com o gerente conhecia tais restrições.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou sobre a figura do preposto na empresa.

A alternativa A está correta. Nos termos do artigo 1.174 do Código Civil: As limitações contidas na outorga de poderes, para serem opostas a terceiros, dependem do arquivamento e averbação do instrumento no Registro Público de Empresas Mercantis, salvo se provado serem conhecidas da pessoa que tratou com o gerente.

A alternativa B está incorreta. Consoante ao artigo 1.174 do Código Civil, o arquivamento é feito no Registro Público de Empresas Mercantis: As limitações contidas na outorga de poderes, para serem opostas a terceiros, dependem do arquivamento e averbação do instrumento no Registro Público de Empresas Mercantis, salvo se provado serem conhecidas da pessoa que tratou com o gerente.

A alternativa C está incorreta. Conforme determina o parágrafo único do artigo 1.174 do Código Civil: Para o mesmo efeito e com idêntica ressalva, deve a modificação ou revogação do mandato ser arquivada e averbada no Registro Público de Empresas Mercantis.

A alternativa D está incorreta. Consoante ao artigo 1.174 do Código Civil: As limitações contidas na outorga de poderes, para serem opostas a terceiros, dependem do arquivamento e averbação do instrumento no Registro Público de Empresas Mercantis, salvo se provado serem conhecidas da pessoa que tratou com o gerente.

QUESTÃO 49. O empresário individual Valério Sampaio, devidamente inscrito na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, teve sua falência requerida em 3 de maio de 2023 com fundamento na falta de pagamento, sem relevante razão de direito, de nota promissória no valor de R\$ 91.000,00, submetida previamente ao protesto especial. Após ser citado, apresentou contestação alegando que cessou suas atividades empresariais em 31 de março de 2020 e, como tal, não teria legitimidade passiva no processo.

Sobre a hipótese, sabendo que o empresário não apresentou prova de cancelamento do registro na Junta Comercial, assinale a afirmativa correta.

a) Trata-se de empresário irregular diante da cessação do exercício da empresa.

b) É possível a decretação da falência diante da falta de comprovação da cessação da empresa.

c) Deve ser acatada a contestação apresentada em razão da cessação há mais de dois anos.

d) Somente com o cancelamento do registro será possível a decretação da falência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou sobre registro empresarial. e falência.

A alternativa A está incorreta. Não obstante o empresário tenha encerrado irregularmente suas atividades, não se trata de empresário irregular, diante da realização do registro na Junta Comercial. Conforme dispõe ao artigo 967 do Código Civil: É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.

A alternativa B está correta. É necessária a comprovação da cessação das atividades por mais de 2 anos, para que haja o impedimento da decretação da falência, conforme dispõe o artigo 96 da Lei n. 11.101/05: A falência requerida com base no art. 94, inciso I do caput, desta Lei, não será decretada se o requerido provar: [...] VIII – cessação das atividades empresariais mais de 2 (dois) anos antes do pedido de falência, comprovada por documento hábil do Registro Público de Empresas, o qual não prevalecerá contra prova de exercício posterior ao ato registrado.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 96 da Lei n. 11.101/05: A falência requerida com base no art. 94, inciso I do caput, desta Lei, não será decretada se o requerido provar: [...] VIII – cessação das atividades empresariais mais de 2 (dois) anos antes do pedido de falência, comprovada por documento hábil do Registro Público de Empresas, o qual não prevalecerá contra prova de exercício posterior ao ato registrado.

A alternativa D está incorreta. É possível a decretação da falência até mesmo sem o cancelamento do registro, desde que comprovada documentalmente a cessação das atividades por mais de 2 anos, conforme previsto no artigo 96 da Lei n. 11.101/05: A falência requerida com base no art. 94, inciso I do caput, desta Lei, não será decretada se o requerido provar: [...] VIII – cessação das atividades empresariais mais de 2 (dois) anos antes do pedido de falência, comprovada por documento hábil do Registro Público de Empresas, o qual não prevalecerá contra prova de exercício posterior ao ato registrado.

QUESTÃO 50. Em 2019, a constituição da sociedade limitada unipessoal, de modo permanente, passou a ser possível. Nas opções a seguir, são apresentadas normas aplicáveis às sociedades limitadas em geral, mas apenas uma delas apresenta norma aplicável tanto às sociedades limitadas pluripessoais quanto às unipessoais. Assinale-a.

a) A possibilidade de realização de deliberações em reunião ou assembleia.

b) A ocorrência de dissolução de pleno direito mediante distrato.

c) A possibilidade de designação de administrador em ato separado.

d) A solidariedade pela exata estimação dos bens conferidos ao capital social.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou sobre sociedades limitadas.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de regra aplicável à pluralidade de sócios, a fim de que seja tomada a vontade da maioria, nos termos do artigo 1.072 do Código Civil: As deliberações dos sócios, obedecido o disposto no art. 1.010, serão tomadas em reunião ou em assembléia, conforme previsto no contrato social, devendo ser convocadas pelos administradores nos casos previstos em lei ou no contrato.

A alternativa B está incorreta. O distrato, por si só, exige a manifestação de vontade plural, sendo característica da sociedade pluripessoal, prevista no artigo 1.033, II, do Código Civil: Art. 1.033. Dissolve-se a sociedade quando ocorrer: [...] ato sem o consenso unânime dos sócios.

A alternativa C está correta. Nos termos do artigo Art. 1.052. Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. § 1º A sociedade limitada pode ser constituída por 1 (uma) ou mais pessoas. Ademais, a previsão de designação em ato separado está prevista no artigo 1.060 do Código Civil: Art. 1.060. A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas designadas no contrato social ou em ato separado.

A alternativa D está incorreta. A solidariedade pressupõe a existência de mais de um sócio, tal como prevista no artigo 1.055, §1º, do Código Civil: § 1º Pela exata estimação de bens conferidos ao capital social respondem solidariamente todos os sócios, até o prazo de cinco anos da data do registro da sociedade.

QUESTÃO 51. Maria Joana tem contrato de locação firmado com Mariana há muitos anos. A relação contratual entre elas é tranquila, e Maria Joana nunca atrasou o pagamento do aluguel. Além disso, mantém o imóvel de Mariana em perfeito estado de conservação. O contrato estipula os casos de rescisão. Certo dia, ocorreu um desastre natural na localidade em que Mariana morava e a Defesa Civil a orientou a não voltar para casa, pois o local não oferecia mais segurança. Diante dessa situação, Mariana não teve outra saída, senão pedir o imóvel que locou para Maria Joana, para seu uso próprio. Mariana respeitou a legislação e o contrato, mas Maria Joana recusou-se a desocupar e a entregar o imóvel. Mariana, sem ter onde morar, ajuizou ação de despejo em face de Maria Joana no Juizado Especial Cível. A advogada de Maria Joana alegou incompetência do Juizado por considerar a causa complexa. Sobre os Juizados, considerando o exposto acima, assinale a afirmativa correta.

a) A alegação da advogada de Maria Joana, com relação à competência do Juizado Especial Cível, está correta.

b) As ações de maior complexidade não são de competência dos Juizados Cíveis, portanto as ações de despejo não podem ser ajuizadas perante tais órgãos jurisdicionais.

c) O Juizado Especial Cível é competente para conciliar, processar e julgar as causas cíveis de menor complexidade, assim considerada a ação de despejo para uso próprio.

d) As ações de despejo e as de natureza alimentar, quando não complexas, podem ser propostas nos Juizados Especiais Cíveis.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o conhecimento sobre a competência dos juizados especiais cíveis.

A alternativa A está incorreta, pois está equivocada a alegação da advogada de Maria Joana de que há incompetência do Juizado por se tratar de causa complexa. Dispõe o art. 3º, III, da Lei nº 9.099/95 que: “Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas: III - a ação de despejo para uso próprio”. Portanto, no caso apresentado, o Juizado Especial Cível é competente para o julgamento da demanda, pois Mariana requereu a desocupação do imóvel para seu uso próprio, além disso, a ação de despejo para uso próprio é considerada causa de menor complexidade.

A alternativa B está incorreta, pois não é correto afirmar genericamente que as ações de despejo não podem ser ajuizadas perante o Juizado Especial Cível. De acordo com o art. 3º, III, da Lei nº 9.099/95: “Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas: III - a ação de despejo para uso próprio”. Logo, as ações de despejo que sejam para uso próprio, por consistirem em causa de menor complexidade, podem ser ajuizadas perante os Juizados Cíveis.

A alternativa C está correta, pois traz a previsão legal expressa no art. 3º, III, da Lei nº 9.099/95 que: “Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas: III - a ação de despejo para uso próprio”.

A alternativa D está incorreta, pois as ações de natureza alimentar, mesmo que não complexas, não podem ser propostas nos Juizados Especiais Cíveis, nos termos do art. 3º, §2º, da Lei nº 9.099/95: “§ 2º Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial”.

QUESTÃO 52. Silene ajuizou ação de divórcio, cumulada com pedido de fixação de alimentos, em face de Jonas. O juiz, em sede de decisão de saneamento e organização do processo, entendeu que o pedido de divórcio estava apto para julgamento e, no que se refere à pretensão de alimentos, determinou a produção de prova oral, consistente em depoimento pessoal e prova testemunhal, bem como de prova documental suplementar. Ato contínuo, por meio de decisão interlocutória, o juiz julgou procedente o pedido de divórcio, e determinou o prosseguimento do processo para a fase instrutória em relação ao pedido de fixação de alimentos. Tomando o caso concreto como premissa, assinale a afirmativa correta.

a) A decisão de julgamento do pedido de divórcio poderá ser impugnada por agravo de instrumento.

b) O número de testemunhas arroladas não poderá ser superior a cinco, sendo duas, no máximo, para cada fato.

c) Depois do saneamento, Silene e Jonas podem pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes no prazo comum de dez dias, findo o qual a decisão se torna estável.

d) Em razão da impossibilidade de fracionamento de julgamento do mérito, o juiz não poderia ter julgado, desde logo, o pedido de divórcio, o qual somente poderia ser feito conjuntamente com o pedido de fixação de alimentos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o conhecimento sobre julgamento antecipado parcial do mérito e sobre a decisão do saneamento e da organização do processo.

A alternativa A está correta. Depreende-se do enunciado que, no caso, ocorreu um julgamento antecipado parcial do mérito, nos termos do art. 356 do CPC: “Art. 356. O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles: I - mostrar-se incontroverso; II - estiver em condições de imediato julgamento, nos termos do art. 355”. De acordo com o art. 355, I, do CPC: “Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas”. Ademais, será cabível o recurso de agravo de instrumento da decisão que julgar antecipadamente parcela do mérito, conforme o disposto no art. 356, §5º, do CPC: “§ 5º A decisão proferida com base neste artigo é impugnável por agravo de instrumento”. No mesmo sentido, dispõe o art. 1.015, II e XIII, do CPC: “Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: (...) II - mérito do processo; (...) XIII - outros casos expressamente referidos em lei”.

A alternativa B está incorreta, pois o número de testemunhas arroladas não poderá ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para cada fato. De acordo com o art. 357, §6º, do CPC: “§ 6º O número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato”.

A alternativa C está incorreta, pois o prazo comum é de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 357, §1º, do CPC: “§ 1º Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo comum de 5 (cinco) dias, findo o qual a decisão se torna estável”.

A alternativa D está incorreta, pois o Código de Processo Civil de 2015 trouxe uma grande novidade ao prever expressamente a possibilidade de julgamento antecipado de parcela do mérito. Assim, é possível o fracionamento do julgamento do mérito, nos termos do art. 356 do CPC: “Art. 356. O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles: I - mostrar-se incontroverso; II - estiver em condições de imediato julgamento, nos termos do art. 355”.

QUESTÃO 53. Antes de tomar posse como juiz, Bernardo atuou por 2 (dois) anos como membro do Ministério Público. Boa parte de sua atuação como promotor foi focada na Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa do Meio Ambiente. Um dos seus casos mais relevantes foi a atuação, como representante do Ministério Público, em uma ação coletiva movida contra os

proprietários de um shopping center que estava sendo construído perto de zona protegida da Mata Atlântica. Mais de 10 anos depois, Bernardo, como juiz de direito, recebeu no seu gabinete a ação coletiva que ele havia proposto contra o shopping quando atuava como promotor. Segundo o contexto apresentado, sobre a atuação de Bernardo como juiz do caso, assinale a afirmativa correta.

a) Bernardo poderá proferir sentença na ação coletiva, pois sua atuação no caso como promotor do Ministério Público nesse mesmo processo ocorreu há mais de dez anos, de modo que não há qualquer impedimento do magistrado.

b) Bernardo somente poderá proferir decisões interlocutórias na ação coletiva, mas não poderá proferir sentença, pois sua atuação no caso como promotor do Ministério Público nesse mesmo processo ocorreu há mais de dez anos, de modo que não há qualquer impedimento do magistrado para proferir decisões interlocutórias.

c) Bernardo não poderá proferir sentença na ação coletiva, por se enquadrar em hipótese de impedimento do magistrado. Entretanto, Bernardo poderá proferir decisões interlocutórias, exceto as que versem sobre tutela provisória, porque não decidirá o mérito da ação.

d) Bernardo não poderá proferir decisões interlocutórias e/ou sentença na ação coletiva, por se enquadrar em hipótese de impedimento do magistrado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o conhecimento sobre os impedimentos do juiz.

A alternativa A está incorreta, pois Bernardo não poderá proferir sentença na ação coletiva, tendo em vista que atuou como membro do Ministério Público na demanda, inclusive propondo a ação coletiva em julgamento. Trata-se de hipótese de impedimento do magistrado, nos termos do art. 144, I, do CPC: “Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: I - em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como membro do Ministério Público ou prestou depoimento como testemunha”.

A alternativa B está incorreta, pois Bernardo não poderá proferir decisão interlocutória na ação coletiva, tendo em vista que atuou como membro do Ministério Público na demanda, inclusive propondo a ação coletiva em julgamento. Trata-se de hipótese de impedimento do magistrado, nos termos do art. 144, I, do CPC: “Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: I - em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como membro do Ministério Público ou prestou depoimento como testemunha”.

A alternativa C está incorreta, pois Bernardo não poderá proferir decisão interlocutória e/ou sentença na ação coletiva, tendo em vista que atuou como membro do Ministério Público na demanda, inclusive propondo a ação coletiva em julgamento. Trata-se de hipótese de impedimento do magistrado, nos termos do art. 144, I, do CPC: “Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: I - em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como membro do Ministério Público ou prestou depoimento como testemunha”.

A alternativa D está correta, conforme o disposto no art. 144, I, do CPC: “Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: I - em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como membro do Ministério Público ou prestou depoimento como testemunha”. Dessa forma, considerando que Bernardo atuou como membro do Ministério Público, inclusive propondo a ação coletiva em julgamento, não poderá proferir decisões interlocutórias e/ou sentença na ação coletiva, por se enquadrar em hipótese de impedimento do magistrado.

QUESTÃO 54. João residia em apartamento localizado na cidade do Rio de Janeiro. Ele era locatário do apartamento e Pedro figurava como locador, tendo ambos firmado um contrato de locação para reger essa relação jurídica. Decidindo se mudar para outro bairro, João deixou sua residência e sublocou o apartamento para Luiz por meio de um contrato de sublocação. Diante da ausência de pagamento dos aluguéis pela locação, Pedro ingressou com uma ação de despejo contra João. Depois de João apresentar sua contestação, Luiz decidiu ingressar no processo por ser sublocatário. Na qualidade de advogado(a) de Luiz, assinale a opção que apresenta a modalidade de intervenção no processo da qual Luiz poderá se valer.

a) Assistente litisconsorcial, porque a tutela jurisdicional exercida por Luiz será indireta quanto à relação de direito material discutida em juízo entre João e Pedro, sendo que o interesse jurídico de Luiz na lide não equivale às exatas condições da relação do locador com o locatário.

b) Assistente simples, porque a relação jurídica de direito material de Luiz é a mesma relação jurídica tratada na lide entre João e Pedro.

c) Assistente litisconsorcial, porque a relação jurídica de direito material de Luiz é a mesma relação jurídica tratada na lide entre João e Pedro.

d) Assistente simples, porque a tutela jurisdicional pretendida por Luiz será indireta quanto à relação de direito material discutida em juízo entre João e Pedro, sendo que o interesse jurídico de Luiz na lide não equivale às exatas condições da relação do locador com o locatário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o conhecimento sobre intervenção de terceiros.

A alternativa A está incorreta, pois a hipótese narrada não é de assistência litisconsorcial. Dispõe o art. 124 do CPC que: “Art. 124. Considera-se litisconsorte da parte principal o assistente sempre que a sentença influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido”. Além disso, de acordo com Daniel Amorim Assumpção Neves: “Na assistência litisconsorcial o terceiro é titular da relação jurídica de direito material discutida no processo, sendo, portanto, diretamente atingido em sua esfera jurídica pela decisão a ser proferida. Dessa forma, o assistente litisconsorcial tem relação jurídica tanto com o assistido quanto com a parte contrária, afinal todos eles participam da mesma relação de direito material, diferente do que ocorre no litisconsórcio simples, no qual não há relação jurídica do assistente com o adversário do assistido”. No caso, Pedro ingressou com uma ação de despejo contra João, assim, verifica-se que Luiz (assistente) não possui qualquer relação jurídica com Pedro (adversário do assistido João), razão pela qual não se trata de assistência litisconsorcial.

A alternativa B está incorreta, pois a relação jurídica de direito material de Luiz não é a mesma relação jurídica tratada na lide entre João e Pedro.

A alternativa C está incorreta, pois a questão não traz hipótese de assistência litisconsorcial, além disso a relação jurídica de direito material de Luiz é diferente da relação jurídica tratada na lide entre João e Pedro. Dispõe o art. 124 do CPC que: “Art. 124. Considera-se litisconsorte da parte principal o assistente sempre que a sentença influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido”. Além disso, de acordo com Daniel Amorim Assumpção Neves: “Na assistência litisconsorcial o terceiro é titular da relação jurídica de direito material discutida no processo, sendo, portanto, diretamente atingido em sua esfera jurídica pela decisão a ser proferida. Dessa forma, o assistente litisconsorcial tem relação jurídica tanto com o assistido quanto com a parte contrária, afinal todos eles participam da mesma relação de direito material, diferente do que ocorre no litisconsórcio simples, no qual não há relação jurídica do assistente com o adversário do assistido”. No caso, Pedro ingressou com uma ação de despejo contra João, assim, verifica-se que Luiz (assistente) não possui qualquer relação jurídica com Pedro (adversário do assistido João), razão pela qual não se trata de assistência litisconsorcial.

A alternativa D está correta. De acordo com o art. 121, caput, do CPC: “Art. 121. O assistente simples atuará como auxiliar da parte principal, exercerá os mesmos poderes e sujeitar-se-á aos mesmos ônus processuais que o assistido”. No caso narrado, Luiz (assistente) não defende relação jurídica própria na demanda, mas apenas auxilia o assistido (João). Assim, verifica-se que não há relação jurídica do assistente com o adversário do assistido, sendo hipótese de assistência simples.

QUESTÃO 55. Bruno, após sofrer um grave acidente de carro, foi levado para a urgência do Hospital Bom Sorriso. Ao chegar ao local em uma ambulância, mesmo sendo coberto pelo seu plano de saúde e não havendo nenhuma pendência financeira, a cirurgia de urgência de Bruno foi negada pelo plano. Desesperada, a mãe de Bruno ligou para a central de atendimento do plano e encaminhou por e-mail o laudo médico que mencionava que, se a cirurgia não fosse feita no prazo de 48 horas, Bruno poderia morrer. O plano de saúde, por sua vez, negou novamente a realização da cirurgia, sem qualquer motivação. Com o laudo médico que diz ser fundamental a cirurgia para a sobrevivência de Bruno, a carteira do plano de saúde, um documento que comprova que Bruno não está inadimplente com o plano e um comprovante da negativa do plano de saúde, a mãe de Bruno procura você, como advogado(a), para a defesa do direito e, especialmente, a indicação de pedido de tutela de urgência. Com base nos elementos apresentados e na possibilidade do pedido de tutela de urgência, assinale a afirmativa que apresenta, corretamente, sua orientação.

a) Para a concessão da tutela de urgência, basta apenas a existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito, sendo dispensável a comprovação do perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

b) Para a concessão da tutela de urgência, deverão existir elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

c) Caso a tutela de urgência seja concedida para a realização da cirurgia de Bruno, o juiz não precisará motivar seu convencimento, em razão da urgência.

d) Caso a tutela de urgência não seja concedida, não é possível a interposição de recurso, pois a demanda se estabilizará.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o conhecimento sobre a tutela provisória de urgência antecipada requerida em caráter antecedente.

A alternativa A está incorreta, pois a concessão da tutela de urgência exige a presença de 2 (dois) requisitos cumulativos: i) existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e; ii) comprovação do perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. De acordo com o art. 300, caput, do CPC: “Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”.

A alternativa B está correta, pois a concessão da tutela de urgência exige a presença de 2 (dois) requisitos cumulativos: i) existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e; ii) comprovação do perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. De acordo com o art. 300, caput, do CPC: “Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”.

A alternativa C está incorreta, pois a urgência do caso não dispensa a necessidade de o juiz motivar seu convencimento. Sobre o tema, o Código de Processo Civil prevê expressamente a obrigatoriedade de fundamentação da decisão de tutela provisória, subdividida em tutela provisória de urgência (antecipada e cautelar) e tutela provisória de evidência. Nos termos do art. 298 do CPC: “Art. 298. Na decisão que conceder, negar, modificar ou revogar a tutela provisória, o juiz motivará seu convencimento de modo claro e preciso”. Além disso, o princípio da fundamentação das decisões judiciais tem sede constitucional no art. 93, IX, da Constituição Federal: “IX todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação”.

A alternativa D está incorreta, pois, caso a tutela de urgência não seja concedida, é cabível a interposição do recurso de agravo de instrumento, nos termos do art. 1.015, I, do CPC: “Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: I - tutelas provisórias”.

QUESTÃO 56. Pedro propôs ação de dissolução parcial da sociedade Papel Cia. Ltda., em função de atos praticados pelo então administrador da sociedade, Paulo. No processo, restou comprovado que Paulo adulterava os balanços patrimoniais da sociedade. Diante desse fato, o juiz proferiu sentença decretando a dissolução parcial da sociedade. Em face da sentença, Paulo interpôs o respectivo recurso de apelação. Depois de proferidos os votos, o resultado do julgamento foi pela reforma da decisão, contudo de forma não unânime. Sobre a hipótese narrada, na qualidade de advogado de Pedro, assinale a afirmativa correta.

a) São cabíveis embargos infringentes, pois o acórdão não unânime reformou a sentença de mérito proferida em primeiro grau.

b) O julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores, tendo em vista o resultado não unânime do julgamento, que serão convocados nos termos previamente definidos no regimento interno, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial.

c) Na hipótese de novo julgamento, é vedado às partes e aos eventuais terceiros o direito de sustentar oralmente suas razões perante os julgadores novamente.

d) A técnica de julgamento nos casos de resultados não unânicos se aplica, igualmente, à ação rescisória, ao agravo de instrumento, ao incidente de resolução de demandas repetitivas, ao incidente de assunção de competência e à remessa necessária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o conhecimento sobre a técnica de ampliação do colegiado, prevista no art. 942 do CPC/2015.

A alternativa A está incorreta, pois não são cabíveis embargos infringentes. Sobre o tema, cumpre destacar que os embargos infringentes não estão previstos como uma espécie recursal no Código de Processo Civil de 2015. De acordo com o art. 994 do CPC: “Art. 994. São cabíveis os seguintes recursos: I - apelação; II - agravo de instrumento; III - agravo interno; IV - embargos de declaração; V - recurso ordinário; VI - recurso especial; VII - recurso extraordinário; VIII - agravo em recurso especial ou extraordinário; IX - embargos de divergência”.

A alternativa B está correta, tendo em vista que o resultado do julgamento da apelação foi pela reforma da decisão, contudo de forma não unânime, ensejando, assim, a aplicação da técnica de ampliação do colegiado, prevista no art. 942 do CPC: “Art. 942. Quando o resultado da apelação for não unânime, o julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores, que serão convocados nos termos previamente definidos no regimento interno, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial, assegurado às partes e a eventuais terceiros o direito de sustentar oralmente suas razões perante os novos julgadores”.

A alternativa C está incorreta, pois é assegurado às partes e a eventuais terceiros o direito de sustentar oralmente suas razões perante os novos julgadores, consoante o disposto no art. 942 do CPC: “Art. 942. Quando o resultado da apelação for não unânime, o julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores, que serão convocados nos termos previamente definidos no regimento interno, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial, assegurado às partes e a eventuais terceiros o direito de sustentar oralmente suas razões perante os novos julgadores”.

A alternativa D está incorreta, pois, de fato, a técnica de julgamento nos casos de resultados não unânicos se aplica, igualmente, à ação rescisória e ao agravo de instrumento, nos termos do art. 942, §3º, do CPC: “§ 3º A técnica de julgamento prevista neste artigo aplica-se, igualmente, ao julgamento não unânime proferido em: I - ação rescisória, quando o resultado for a rescisão da sentença, devendo, nesse caso, seu prosseguimento ocorrer em órgão de maior composição previsto no regimento interno; II - agravo de instrumento, quando houver reforma da decisão que julgar parcialmente o mérito”. Contudo, a técnica não se aplica ao incidente de resolução de demandas repetitivas, ao incidente de assunção de competência e à remessa necessária, de acordo com o art. 92, §4º, do CPC: “§ 4º Não se

aplica o disposto neste artigo ao julgamento: I - do incidente de assunção de competência e ao de resolução de demandas repetitivas; II - da remessa necessária; III - não unânime proferido, nos tribunais, pelo plenário ou pela corte especial”.

QUESTÃO 57. Amanda, maior e capaz, e Fernando, menor púbere, ingressaram em um supermercado com a intenção de furtar mercadorias. Assim, percorreram os corredores do supermercado, logrando coletar cerca de R\$2.000,00 em mercadorias. A ação delituosa levantou a suspeita dos seguranças, que perceberam a ação de ambos pelas câmeras de vigilância do supermercado. Por isso, quando Amanda e Fernando se dirigiam à saída do estabelecimento, foram abordados pelos vigilantes, ainda dentro do supermercado, momento em que lograram realizar a prisão em flagrante de Amanda, que foi, então, denunciada por furto qualificado pelo concurso de agentes em concurso formal com o delito de corrupção de menores. Na qualidade de advogado(a) de Amanda, assinale a opção que apresenta a tese de Direito Penal que, corretamente, deve ser sustentada em seu favor.

- a) A incidência da causa de diminuição de pena da tentativa.**
- b) A incidência do princípio da insignificância, excluindo a tipicidade material do fato.**
- c) A absorção do delito de corrupção de menores pela qualificadora do concurso de pessoas.**
- d) A tese de atipicidade da conduta, ante a impossibilidade material de consumação do crime.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre princípio da insignificância, crime tentado, crime consumado, crime impossível e princípio da consunção.

A alternativa A está correta. Tendo em vista a aplicação da súmula 567 do STJ que afirma: “Sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no interior de estabelecimento comercial, por si só, não torna impossível a configuração do crime de furto.” Portanto, por não se tratar de crime impossível, bem como pela sua não consumação, cabe a incidência da causa de diminuição da pena pela tentativa.

A alternativa B está incorreta. Pois não cabe a aplicação do princípio da insignificância devido ao valor de R\$2.000,00 tendo em vista a jurisprudência que afirma: “incabível a aplicação do princípio da insignificância quando o montante do valor da *res furtiva* superar o percentual de 10% do salário mínimo vigente à época dos fatos.”

A alternativa C está incorreta. Pois não cabe a absorção do delito de corrupção de menores pela qualificadora do concurso de pessoas, tendo em vista que o crime de corrupção de menores é formal, de perigo presumido, prescindindo, para sua caracterização, de prova da efetiva corrupção do menor. Ainda, conforme a súmula 500 do STJ: “A configuração do crime do art. 244-B do ECA independe da prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito formal.”

A alternativa D está incorreta. Pois, conforme a súmula 567 do STJ: “Sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no interior de estabelecimento comercial, por si só, não torna impossível a configuração do crime de furto.”

QUESTÃO 58. Douglas, reincidente, pois condenado anteriormente por lesão corporal no âmbito da lei de violência doméstica e familiar contra a mulher, pena já extinta pelo cumprimento, foi condenado a uma pena de 3 (três) anos de reclusão em regime inicial fechado pela prática de furto qualificado, bem como ao pagamento de 15 dias-multa. Na defesa de Douglas, você, na qualidade de advogado(a), deve alegar, corretamente, o cabimento de regime inicial

a) aberto e a concessão de suspensão condicional da pena.

b) semiaberto e substituição das penas por multa substitutiva.

c) aberto e a substituição das penas por pena restritiva de direitos.

d) semiaberto e a substituição da pena por duas penas restritivas de direitos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre dosimetria e execução de pena, regime de cumprimento de pena, reincidência, primariedade, conversão de pena, suspensão condicional da pena e substituição da pena por pena restritiva de direitos.

A alternativa A está incorreta. Pois está em desconformidade com a súmula 269 do STJ, a qual afirma que o regime prisional será o semiaberto e não o aberto.

A alternativa B está incorreta. Pois conforme o art. 44, §2º do CP: “Na condenação igual ou inferior a um ano, a substituição pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos.”

A alternativa C está incorreta. Pois contraria a súmula 269 do STJ, que determina que o regime inicial de cumprimento será o semiaberto.

A alternativa D está correta. Conforme a súmula 269 do STJ: “É admissível a adoção do regime prisional semiaberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a 4 (quatro) anos se favoráveis as circunstâncias judiciais.” E ainda, conforme o art. 44, §2º do CP, devido ao tempo de pena, a regra é que a substituição seja feita por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos.

QUESTÃO 59. Enzo completou neste mês 18 anos de idade, sendo certo que, na sua infância, foi vítima de estupro de vulnerável (pena: de 8 a 15 anos de reclusão). Considerando que já se passaram 11 anos desde a data do fato, ocorrido em 2013, sem que tenha sido instaurado qualquer inquérito ou investigação, e que o autor do fato já completou 70 anos de idade, Enzo

indagou a você, como advogado(a), se ainda seria possível iniciar a persecução penal. Nesse caso, como advogado(a) de Enzo, assinale a alternativa que, corretamente, orienta a vítima.

a) O crime de estupro de vulnerável é imprescritível.

b) O delito está prescrito, ante a redução do prazo prescricional em função da idade do autor do fato.

c) O prazo de prescrição do delito começou a correr quando Enzo completou 18 anos, não se tendo ultimado até o momento.

d) O prazo de prescrição aplicável ao caso é de 20 anos, contado da data do fato, não tendo ocorrido a prescrição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o crime de estupro de vulnerável, prescrição, imprescritibilidade e persecução penal.

A alternativa A está incorreta. Pois o crime de estupro de vulnerável não é imprescritível devido a Constituição Federal prevê tal atribuição apenas aos crimes de racismo e ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

A alternativa B está incorreta. Pois apesar da idade do autor interferir na redução do prazo prescricional (art. 115 do CP), não é o caso da questão apresentada, tendo em vista que o prazo começou a correr quando Enzo completou 18 anos e não na data do fato (art. 111, V, do CP).

A alternativa C está correta. Conforme o art. 111, inciso V, do CP: “A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr: V - nos crimes contra a dignidade sexual ou que envolvam violência contra a criança e o adolescente, previstos neste Código ou em legislação especial, da data em que a vítima completar 18 (dezoito) anos, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal.”

A alternativa D está incorreta. Pois conforme o art. 115 do CP, o prazo de prescrição deverá ser reduzido pela metade, devido a idade do autor na data da sentença. Ademais, tal prazo será contado da data em que Enzo completou 18 anos e não da data do fato, segundo art. 111, inciso V, do CP.

QUESTÃO 60. Célio, inconformado com o término de seu casamento de 10 anos com sua esposa Natália, passou a persegui-la em seus locais habituais de lazer e trabalho, além de mandar e-mails por meio de contas em nome de terceiros. Inconformada com esses fatos, Natália procurou a Delegacia da Mulher e relatou os fatos, tendo o policial civil enquadrado a conduta no crime de perseguição, previsto no Art. 147-A do Código Penal. Ao tomar conhecimento da acusação, Célio autorizou seu advogado a entrar em contato com a advogada de Natália para tentar algum acordo com a vítima. Depois da negociação dos profissionais, Natália decidiu não prosseguir com a acusação. Acerca dos fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

a) Natália não poderá se retratar da representação, em razão de o crime imputado ser de ação penal pública incondicionada.

b) Natália poderá se retratar da representação a qualquer momento, desde que antes do trânsito em julgado.

c) Natália poderá se retratar da representação, desde que o faça antes do oferecimento da denúncia, em audiência especialmente designada para este fim, com a presença do Ministério Público.

d) Natália poderá renunciar à representação, desde que o faça antes do recebimento da denúncia e em audiência perante o juiz e o membro do Ministério Público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre o crime de perseguição, ação penal pública incondicionada, ação penal pública condicionada e retratação da representação.

A alternativa A está incorreta. Pois o crime imputado é de ação pública condicionada à representação e a ofendida pode se retratar perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público, conforme art. 16 da Lei nº 11.340/2006.

A alternativa B está incorreta. Pois de acordo com o art. 16 da Lei nº 11.340/2006, Natália poderá renunciar à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

A alternativa C está incorreta. Pois a retratação da representação deve ser realizada antes do recebimento da denúncia, segundo o art. 16 da Lei nº 11.340/2006.

A alternativa D está correta. Trata-se da literalidade do art. 16 da Lei nº 11.340/2006: “Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.”

QUESTÃO 61. Denis cumpria pena em regime fechado, após ser definitivamente condenado, quando ocorreu um movimento de subversão da ordem e disciplina dentro do ambiente carcerário. No inquérito disciplinar consta que cerca de cem presos rebelados incendiaram colchões e tentaram fugir, permanecendo a situação de rebelião por cerca de cinco dias, até que eficaz ação da polícia penal cessou o movimento. Todos os cem presos da ala em que Denis cumpre pena foram indiciados no âmbito disciplinar, indistintamente e sem individualização de condutas. Considerando o caso narrado, assinale o princípio de Direito Penal a ser utilizado pela defesa a fim de evitar a condenação de Denis.

a) O princípio da isonomia, pelo qual deve ser garantida idêntica sanção penal a todos os presos envolvidos na rebelião.

b) O princípio da lesividade, que impede a punição pela falta grave quando esta não foi efetivamente consumada.

c) O princípio da culpabilidade, que demanda que haja identificação individualizada da responsabilidade penal de cada um dos envolvidos.

d) O princípio da legalidade, pelo qual se exige que haja prévia disposição legal, de forma estrita e escrita, da falta disciplinar de natureza grave.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre regime de cumprimento de pena, individualização da pena, princípio da isonomia, princípio da lesividade, princípio da culpabilidade, princípio da legalidade e responsabilidade penal objetiva.

A alternativa A está incorreta. Pois pelo princípio da isonomia, dentro do direito, deverá haver a equalização das normas e dos procedimentos jurídicos entre os indivíduos, garantindo que a lei seja aplicada de forma igualitária entre as pessoas, levando em consideração suas desigualdades para a aplicação dessas normas.

A alternativa B está incorreta. Pois de acordo com o art. 50, inciso I, da Lei nº 7.210/84: “Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que: I - incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina.”

A alternativa C está correta. É exatamente o que prevê o princípio da culpabilidade onde é preciso que exista dolo ou culpa na conduta do agente para que este seja penalmente responsabilizado.

A alternativa D está incorreta. Pois o art. 50, inciso I, da Lei nº 7.210/84 determina que os fatos narrados na questão sejam punidos com falta grave.

QUESTÃO 62. Gabriel flagrou Júlia, sua namorada, em um momento íntimo com Pedro. Alucinado, Gabriel efetuou disparos de arma de fogo contra ambos, com a intenção de matá-los, mas errou a pontaria. Pedro, assustado com os tiros, saiu correndo do local e, na fuga, tropeçou em uma reentrância do piso, desequilibrou-se e bateu com a cabeça no solo, fato relativamente independente que, por si só, causou o resultado morte. Gabriel aproximou-se de Júlia ainda com munição em sua arma, porém, ao vê-la assustada, desistiu de prosseguir com seu intento original. Gabriel abraçou Júlia, que, na sequência, sofreu um fulminante ataque cardíaco, vindo a falecer. Gabriel foi denunciado pelo homicídio doloso de Pedro e Júlia. Na condição de advogado(a) de defesa de Gabriel, você deve alegar que

a) houve desistência voluntária em relação a ambas as vítimas, cabendo a responsabilização apenas pelos disparos de arma de fogo.

b) houve fato superveniente que, por si só, ocasionou o resultado, de forma que a ação de Gabriel configurou apenas duas tentativas de homicídio.

c) houve ruptura do nexo causal em razão de fato superveniente que, por si só, causou o resultado, de forma a excluir a tipicidade de todos os atos praticados por Gabriel.

d) houve ruptura do nexo causal em relação à morte de Pedro, subsistindo a tentativa de homicídio; em relação à Júlia, houve desistência voluntária, configurando apenas disparo de arma de fogo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre crimes contra a vida, crime de disparo de arma de fogo, causa superveniente relativamente independente, desistência voluntária, nexo causal e tentativa.

A alternativa A está incorreta. Não houve desistência voluntária em relação à vítima Pedro.

A alternativa B está incorreta. Pois em relação à vítima Júlia, houve a desistência voluntária.

A alternativa C está incorreta. Pois não há a exclusão da tipicidade dos atos anteriores praticados por Gabriel, segundo o art. 13, §1º do CP: “A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.”

A alternativa D está correta. De acordo com o caso, a morte de Pedro se deu por fato superveniente que por si só produziu o resultado, ocorrendo sim a ruptura do nexo causal, contudo, Gabriel não deixa de responder pela tentativa de homicídio pois este só não a consumou por circunstância alheia à sua vontade (art. 13, §1º do CP). Em relação a Júlia, não houve nexo causal da conduta de Gabriel e a causa da morte (infarto), ocorrendo a desistência voluntária e persistindo apenas a conduta de disparo de arma de fogo (art. 15 da Lei nº 10.826/2003).

QUESTÃO 63. Ricardo é policial civil e disparou seis vezes, com intenção de matar, contra Marilene, sua ex-amante, que veio a óbito. Diversos transeuntes testemunharam os fatos, inclusive o delegado de polícia que trabalha com Ricardo, que estava de plantão no momento e imediatamente realizou a prisão em flagrante do acusado e apreendeu sua pistola, lavrando o auto de prisão em flagrante pela prática do crime de feminicídio. Diante do caso narrado, sobre a lavratura do flagrante assinale a opção correta.

a) É o caso de flagrante impróprio e facultativo e o delegado pode prender Ricardo, ou, por critério de conveniência e oportunidade, postergar o flagrante.

b) É o caso de flagrante presumido, pois Ricardo estava com a arma na mão.

c) É o caso de flagrante próprio e obrigatório, e o delegado deve prender Ricardo.

d) O flagrante é ilegal e o delegado não poderia prender Ricardo por trabalharem juntos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre flagrante próprio, flagrante impróprio, flagrante presumido e flagrante ilegal.

A alternativa A está incorreta. Pois de acordo com o art. 302, inciso III do CPP, no caso de flagrante impróprio, o autor do fato é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração, o que não foi o ocorrido.

A alternativa B está incorreta. Pois no caso de flagrante presumido, o autor é encontrado logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração, o que não foi o ocorrido, pois o delegado estava presente no momento do fato.

A alternativa C está correta. Pois o delegado de polícia presenciou o fato que acabou de ser cometido. Portanto, trata-se de flagrante próprio ou perfeito.

A alternativa D está incorreta. Pois não houve nenhum tipo de ilegalidade no flagrante, estando toda a ação de acordo com o estabelecido no art. 301 e demais do CPP.

QUESTÃO 64. A família de Luís procura você, como advogado(a), explicando que existe uma lei nova, mais benéfica, que se aplica ao caso do seu parente. Você, ao estudar o caso, descobriu que já havia trânsito em julgado da condenação e que a lei era realmente mais benéfica. Nessa hipótese, você deve

a) propor ação de revisão criminal, para que possa ser aplicada a lei mais benéfica.

b) informar à família que, como existiu trânsito em julgado, a nova lei, mais benéfica, não se aplica.

c) peticionar ao Juiz da Vara de Execuções Penais, requerendo a aplicação da nova lei, mais benéfica.

d) propor habeas corpus perante o Supremo Tribunal Federal para aplicação da nova lei, mais benéfica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre aplicação da lei penal mais benéfica e competência para aplicação da lei penal mais benéfica após o trânsito em julgado.

A alternativa A está incorreta. Pois a alternativa contraria o que está estabelecido no art. 66, inciso I da Lei de Execução Penal e na súmula 611 do STF.

A alternativa B está incorreta. Pois a nova lei mais benéfica pode ser aplicada mesmo com o trânsito em julgado de sentença condenatória.

A alternativa C está correta. Pois traz a literalidade do art. 66, inciso I da Lei de Execução Penal: “Compete ao Juiz da execução: I - aplicar aos casos julgados lei posterior que de qualquer modo

favorecer o condenado” e da súmula 611 do STF: “Transitada em julgado a sentença condenatória, compete ao juízo das execuções a aplicação de lei mais benigna.”

A alternativa D está incorreta. Pois a alternativa contraria o que está estabelecido no art. 66, inciso I da Lei de Execução Penal e na súmula 611 do STF.

QUESTÃO 65. Marilda, após ter sido regularmente processada, foi condenada, pelo Juízo originariamente competente, pela prática de desacato (pena: de seis meses a dois anos). Marilda procura você, como advogado(a), porque deseja recorrer da condenação. Sobre a hipótese, assinale a opção que apresenta, corretamente, o recurso cabível.

a) Apelação, juntamente com as razões, no prazo de dez dias.

b) Apelação, no prazo de cinco dias, e as razões poderão ser juntadas no prazo de oito dias.

c) Recurso inominado, juntamente com as razões, no prazo de dez dias.

d) Apelação, no prazo de cinco dias, e as razões poderão ser juntadas no prazo de três dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre recursos em processo penal, juizado especial criminal, prazos, recurso de apelação e recurso inominado.

A alternativa A está correta. Pois no sistema dos juizados especiais criminais, a legislação estabelece um só prazo para apelação, que é de dez dias, conforme o art. 82, §1º da Lei nº 9.099/95.

A alternativa B está incorreta. Pois está em desacordo com o estabelecido pelo art. 82, §1º da Lei nº 9.099/95.

A alternativa C está incorreta. Pois não há previsão de recurso inominado no juizado especial criminal.

A alternativa D está incorreta. Pois não é o que estabelece o art. 82, §1º da Lei nº 9.099/95.

QUESTÃO 66. A República Federativa Alfa reconhece o Poder Judiciário como um dos poderes independentes da República. Em Alfa há um órgão de acusação independente e diferente do Judiciário, responsável por formular acusações criminais, tendo a iniciativa probatória. Em Alfa, um acusado seria um sujeito de direitos no âmbito do processo penal, e os princípios democráticos do processo penal, tais como o princípio do Juiz Natural e da presunção de inocência, são reconhecidos. A partir dos dados fornecidos, o país Alfa adota o sistema processual com traços mais marcantes do sistema

a) acusatório.

b) inquisitivo.

c) misto.

d) consensual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre sistemas processuais, sistema acusatório, sistema inquisitivo, sistema misto e sistema consensual.

A alternativa A está correta. Pois é exatamente o que descreve a questão, onde por esse sistema, tem separadas e bem delimitadas as funções de cada sujeito processual. As atividades de acusar, defender e julgar são atribuídas a pessoas ou agentes distintos.

A alternativa B está incorreta. Pois no sistema inquisitório uma mesma pessoa ou agente do Estado acumula todas as funções essenciais do processo: defender, acusar e julgar – principalmente as duas últimas.

A alternativa C está incorreta. Pois no sistema misto o processo se desdobra em duas fases; a primeira é tipicamente inquisitória e a outra é acusatória. Na primeira fase ocorre instrução escrita e secreta, sem acusação, e, por isso mesmo, sem contraditório. Apura-se o fato em sua materialidade e autoria, ou seja, a imputação física do fato ao agente. Na segunda etapa o acusador apresenta a acusação, o réu se defende e o juiz julga.

A alternativa D está incorreta. Não existe sistema consensual.

QUESTÃO 67. Ana Rosa foi denunciada perante o Tribunal do Júri pela prática de homicídio duplamente qualificado, por ter sido praticado mediante tortura e em razão da idade da vítima, Inocência, criança de 8 anos de idade, ambas as qualificadoras devidamente sustentadas no plenário pela acusação. O Conselho de Sentença respondeu afirmativamente aos quesitos de autoria e materialidade, e negativamente ao quesito de clemência, reconhecendo, ainda, as duas qualificadoras. Na sentença, o Juiz Presidente utilizou a qualificadora sobejante como agravante genérica. Foi interposta apelação defensiva, com base na alegação de decisão contrária à decisão dos jurados e injustiça na aplicação da pena. Ao final da fundamentação, formulou os seguintes requerimentos: o afastamento da qualificadora da tortura, a inadmissibilidade de reconhecimento de agravantes, de ofício, pelo Juiz Presidente, e a absolvição da ré por ausência de provas. Como advogado(a) de Geminiana, mãe da vítima, prévia e regularmente admitida como assistente de acusação, intimada a se manifestar em contrarrazões, é pertinente alegar

a) o não cabimento de apelação em face da sentença proferida pelo Juiz Presidente do Tribunal do Júri.

b) a existência de prova suficiente de autoria.

c) a inviabilidade de o Tribunal afastar a qualificadora quesitada ao Conselho de Sentença.

d) a admissibilidade do reconhecimento de agravantes pelo Juiz Presidente, ainda que nenhuma delas tenha sido alegada em plenário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre tribunal do júri e recursos.

A alternativa A está incorreta. Pois é cabível apelação em face da sentença proferida pelo Juiz Presidente do Tribunal do Júri, conforme a literalidade do art. 593, inciso III, alínea “b” do CPP: “Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias: III - das decisões do Tribunal do Júri, quando: b) for a sentença do juiz-presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados.”

A alternativa B está incorreta. Pois a própria questão trouxe que os jurados já reconheceram a existência suficiente de provas de autoria e materialidade.

A alternativa C está correta. Pois o Tribunal não pode afastar a qualificadora quesitada pelos jurados pela determinação constitucional da soberania dos veredictos, conforme art. 5º, inciso XXXVIII, alínea “c”, da CF.

A alternativa D está incorreta. Pois conforme a jurisprudência do STJ, o juiz poderá reconhecer as agravantes de ofício, não havendo, neste caso, violação ao princípio da correlação. Assim, não ofende o princípio da congruência a condenação por agravantes não descritas na denúncia. Isso é autorizado pelo art. 385, do CPP, que foi recepcionado pela CF/88. (STJ. 5ª Turma. AgRg no REsp 1612551/RJ, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 02/02/2017. STJ. 6ª Turma. HC 381590/SC, Rel. Min. Antonio Saldanha Palheiro, julgado em 06/06/2017.)

QUESTÃO 68. Francisco e seu filho Alfredo depredaram o carro de Terezinha, o que motivou o ajuizamento de queixa-crime em face de Francisco e Alfredo, dentro do prazo decadencial, pelo crime de dano qualificado por motivo egoístico, disposto no Art. 163, inciso IV, do CP. No curso da ação penal, Francisco e Terezinha começaram a ter um relacionamento amoroso. Terezinha perdoou expressamente Francisco nos autos da queixa-crime. Intimado, Francisco aceitou o perdão da ofendida, o Juízo declarou a extinção da punibilidade em face de Francisco, mas, determinou o seguimento da ação penal em relação a Alfredo. Diante do caso narrado, assinale a opção que apresenta, corretamente, os princípios que você, como advogado(a) de Alfredo, deve alegar no interesse de seu cliente.

a) Da indivisibilidade e da disponibilidade.

b) Da divisibilidade e da intranscendência das penas.

c) Da legalidade e da presunção de inocência.

d) Do ne bis in idem e da individualização das penas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre princípios de ação penal privada.

A alternativa A está correta. Pois nas ações penais de iniciativa privada vigora o princípio da indivisibilidade, decorrente de expressa previsão legal disposta no art. 48 do CPP: “A queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos, e o Ministério Público velará pela sua indivisibilidade.” Ainda, nas ações penais de iniciativa privada, é conferida a faculdade de prosseguir ou não até o final do processo após deflagrada a ação; ou seja, dela pode dispor a qualquer momento.

A alternativa B está incorreta. As ações penais de iniciativa privada são indivisíveis.

A alternativa C está incorreta. Os princípios da legalidade e da presunção de inocência são comuns a todas as ações, sejam públicas ou privadas, e não justificam a resposta da questão.

A alternativa D está incorreta. O *ne bis in idem* e a individualização das penas não justificam a resposta da questão.

QUESTÃO 69. Em 2018, Antônio, segurado, empregado vinculado ao Regime Geral de Previdência Social, sofreu um acidente de trânsito quando voltava para sua residência. Depois de dois anos de afastamento, recebeu alta previdenciária e retornou ao trabalho. No entanto, Antônio apresenta sequelas do acidente que reduzem sua capacidade laborativa. Assinale a opção que indica o benefício previdenciário que ele poderá receber após a alta.

a) Auxílio-acidente.

b) Benefício por incapacidade temporária.

c) Pecúlio previdenciário.

d) Abono de permanência em serviço.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata dos benefícios previdenciários existentes no âmbito do RGPS.

A alternativa A está correta. O enunciado foi claro ao indicar que Antônio foi vitimado por um acidente de trânsito e, em consequência disso, passou a conviver com algumas sequelas que reduziram a sua aptidão para o trabalho (como, por exemplo, a perda de mobilidade em uma das mãos). Nessa situação, considerando que ele recebeu alta previdenciária e foi tido como apto para o trabalho, as suas sequelas lhe darão o direito à percepção do benefício do auxílio-acidente, como se pode perceber a partir da leitura do art. 86 da Lei 8.213/91: “O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia”. Perceba que esse não é um benefício pago ao segurado que está incapacitado para trabalhar, mas, sim, ao segurado que, apesar de ter sofrido uma redução na sua capacidade laboral, ainda consegue

desempenhar as suas atividades (e é justamente isso que diferencia o auxílio-acidente do auxílio por incapacidade temporária, pois, neste último, o segurado ainda está inapto para o trabalho).

As alternativas B, C e D estão incorretas, conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 70. Humberto Alves, que sempre atuou como advogado autônomo, logrou aprovação em concurso público para a Advocacia Geral da União, sendo regularmente nomeado em cargo público de provimento efetivo e iniciando suas atividades na função pública em janeiro de 2023. Diante da situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

a) Humberto permanece vinculado ao Regime Geral de Previdência Social na condição de segurado empregado, salvo se optar pelo ingresso em regime diverso.

b) Caso Humberto já ingresse no cargo público com tempo de contribuição e idade suficientes para a aposentadoria, poderá requerer a prestação imediatamente no regime previdenciário a que estiver vinculado.

c) Humberto, na hipótese de mudança de regime previdenciário, não poderá computar os recolhimentos previdenciários pretéritos na condição de contribuinte individual.

d) Humberto, já na condição de servidor público federal, é automaticamente filiado ao regime próprio de previdência dos servidores federais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata de regras gerais envolvendo o RPPS e a migração entre diferentes regimes previdenciários.

A alternativa A está incorreta. Na verdade, ao ter sido empossado em cargo público efetivo da Advocacia-Geral da União, Humberto passou a ser automaticamente vinculado ao RPPS da União (art. 40, CF), não havendo qualquer direito de opção por parte dele em permanecer vinculado ao regime previdenciário de origem.

A alternativa B está incorreta. Inicialmente, é necessário destacar que Humberto poderá, sim, aproveitar o tempo de contribuição já cumprido perante o RGPS para a obtenção de uma aposentadoria no RPPS, mas essa prestação não poderá ser requerida de imediato, tendo em vista que, no âmbito do RPPS da União, exige-se o cumprimento de um tempo mínimo de efetivo exercício no serviço público e, também, um tempo mínimo de efetivo exercício no cargo em que for concedida a aposentadoria (art. 10, §1º, I, “b”, EC 103/19). Portanto, não haverá a possibilidade de concessão imediata de aposentadoria por idade e tempo de contribuição em favor de Humberto no RPPS.

A alternativa C está incorreta. Como já exposto nos comentários da alternativa B, é possível que os períodos já laborados por Humberto no RGPS sejam utilizados para a concessão de eventuais benefícios previdenciários no RPPS da União, e isso ocorre por meio da contagem recíproca de tempo de contribuição, que está prevista no §9º do art. 201 da CF: “Para fins de aposentadoria, será assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes

próprios de previdência social, e destes entre si, observada a compensação financeira, de acordo com os critérios estabelecidos em lei”. Em suma, esse instituto permite que os segurados, ao migrarem do RGPS para algum RPPS, ou vice-versa, tenham contado em seu favor, no regime em que estão ingressando, o tempo de contribuição já cumprido perante o regime do qual saíram, sendo certo que deverá ocorrer a compensação financeira entre os regimes de previdência social envolvidos (por exemplo, se Humberto utilizar seu tempo de contribuição do RGPS para obter uma aposentadoria no RPPS da União, este regime terá direito a receber uma indenização daquele).

A alternativa D está correta. Os RPPS são regimes previdenciários destinados exclusivamente aos servidores ocupantes de cargo efetivo, dentre os quais se incluem os membros da Advocacia-Geral da União. Isso pode ser visto, por exemplo, no *caput* do art. 40 da CF, que dispõe: “O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial”. Portanto, o mero fato de Humberto ter tomado posse no seu cargo público federal já é suficiente para estabelecer um vínculo previdenciário entre ele e o RPPS da União.

QUESTÃO 71. Antônio Valente é seu cliente por conta de uma reclamação trabalhista ajuizada anteriormente, na qual vocês se sagraram vitoriosos. Agora, trabalhando para outro empregador, Antônio Valente viu a possibilidade de passar a exercer suas atividades em teletrabalho, mas sem saber exatamente o que configuraria essa modalidade. Antes de se candidatar à vaga, Antônio resolveu consultar você a respeito do tema. Assinale a opção que apresenta, corretamente, sua orientação.

a) O teletrabalho pode ser pactuado, tácita ou expressamente, entre empregado e empregador, não necessitando constar do instrumento individual de contrato de trabalho.

b) O trabalho em regime de teletrabalho não pressupõe a prestação dos serviços por jornada, por produção ou por tarefa.

c) O teletrabalho será descaracterizado, caso o empregado, habitualmente, tenha que comparecer às dependências do empregador e o empregado retornará ao sistema de trabalho presencial.

d) O teletrabalho se dá, total ou parcialmente, fora das dependências do empregador, não se configurando como trabalho externo, pressupondo a utilização de tecnologias de comunicação e informação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema teletrabalho.

A alternativa A está incorreta. Na forma do art. 75-C da CLT: “Art. 75-C. A prestação de serviços na modalidade de teletrabalho deverá constar expressamente do instrumento de contrato individual de trabalho.”

A alternativa B está incorreta. Na forma do art. 75-B, § 2º, da CLT: “§ 2º O empregado submetido ao regime de teletrabalho ou trabalho remoto poderá prestar serviços por jornada ou por produção ou tarefa.”

A alternativa C está incorreta. Na forma do art. 75-B, § 1º, da CLT: “§ 1º O comparecimento, ainda que de modo habitual, às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento não descaracteriza o regime de teletrabalho ou trabalho remoto.”

A alternativa D está correta. Na forma do art. 75-B, caput, da CLT: “Art. 75-B. Considera-se teletrabalho ou trabalho remoto a prestação de serviços fora das dependências do empregador, de maneira preponderante ou não, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação, que, por sua natureza, não configure trabalho externo.”

QUESTÃO 72. Paulo trabalha desde 2022 na sociedade empresária Auditórios Fidedignas Ltda. como auditor. A empresa possui plano permanente de capacitação e, por isso, Paulo viaja com frequência para realizar cursos de auditoria em todo o país e se manter sempre atualizado. Em uma dessas viagens, Paulo estava no hotel tomando banho e abruptamente, sem motivo aparente, o vidro temperado do banheiro estourou, quebrando-se em vários pedaços, sendo que alguns deles atingiram e cortaram Paulo. Em virtude disso, o empregado precisou se afastar do serviço por 12 dias, findos os quais retornou ao trabalho e reassumiu suas atividades normais. Diante da situação apresentada e da legislação em vigor, assinale a afirmativa correta.

a) Uma vez que Paulo não estava trabalhando, o evento não é acidente do trabalho, daí porque ele não terá a garantia no emprego por 12 meses.

b) O evento pode ser considerado acidente do trabalho e, por isso, o empregado terá estabilidade no emprego por 12 meses a partir do retorno.

c) Trata-se de acidente do trabalho por equiparação, mas Paulo não terá estabilidade quando retornar.

d) Não se trata de acidente do trabalho, mas, tendo ocorrido o sinistro, Paulo terá a garantia no emprego por um ano.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema acidente de trabalho.

Conforme art. 21, IV, alínea “b”, da Lei 8.213/91: “Art. 21. Equiparam-se também ao acidente do trabalho, para efeitos desta Lei: IV - o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho: b) na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;” Portanto, o fato de Paulo estar em viagem para realizar cursos de auditoria para se capacitar para o trabalho equipara seu acidente a um acidente de trabalho, conforme dispositivo acima indicado. No entanto, observe que o afastamento se deu por menos de 15 dias. Logo, Paulo gozará de auxílio acidente, e não de auxílio-doença acidentário (este último, apenas para afastamentos

superiores a 15 dias). Logo, a estabilidade por 12 meses não se aplicará a Paulo, na forma do art. 118 da Lei 8.213/91: “Art. 118. O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.” Corroborando com o exposto, a Súmula 378 do TST traz o seguinte: “Súmula 378: Seguridade social. Acidente de trabalho. Garantia de emprego. Estabilidade provisória. Pressupostos. Auxílio-acidente. Lei 8.213/1991, art. 118 (constitucionalidade). Lei 8.213/1991, art. 86. I - É constitucional o art. 118 da Lei 8.213/1991 que assegura o direito à estabilidade provisória por período de 12 meses após a cessação do auxílio-doença ao empregado acidentado. II - São pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a 15 dias e a consequente percepção do auxílio-doença acidentário, salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego. (...)”.

As alternativas A e D estão incorretas, pois não consideram o evento como acidente de trabalho equiparado.

A alternativa B está incorreta, pois diz que o trabalhador terá estabilidade, o que contraria art. 118 da Lei 8.213/91, acima colacionado.

QUESTÃO 73. Roberta é estagiária numa fábrica de tecelagem, mesmo lugar onde Rogéria atua como aprendiz e que Fabiane trabalha como subgerente. No ano de 2024, as três trabalhadoras engravidaram. O empregador consultou você, como advogado(a), sobre a possibilidade de dispensar essas trabalhadoras sem justa causa, porque os sócios decidiram investir em máquinas modernas, automatizadas, e dispensar 50% da mão de obra. Considerando os fatos narrados e a norma de regência, assinale a opção que apresenta a orientação correta que você prestou.

a) Apenas Fabiane possui garantia no emprego.

b) Somente Rogéria e Fabiane possuem garantia no emprego.

c) Roberta, Rogéria e Fabiane não poderão ser dispensadas em razão da garantia no emprego oriunda da gravidez.

d) Todas as trabalhadoras citadas poderão ser dispensadas sem justa causa em razão da força maior apresentada pela empresa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema garantia de emprego.

A alternativa B está correta. Conforme a Súmula 244 do TST: “Súmula 244: GESTANTE. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. I - O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade (art. 10, II, “b” do ADCT). II. A garantia de emprego à gestante só autoriza a reintegração se esta se der durante o período de estabilidade. Do contrário, a garantia restringe-se aos salários e demais direitos correspondentes ao período de

estabilidade. III. A empregada gestante tem direito à estabilidade provisória prevista no art. 10, inciso II, alínea “b”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mesmo na hipótese de admissão mediante contrato por tempo determinado.” Fabiane, que trabalhou como subgerente, é empregada, então terá garantia ao emprego. Rogéria, que atua como aprendiz, exerce contrato por prazo determinado, na forma do art. 428 da CLT: “Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.” Roberta, que atua como estagiária, não pode ser considerada empregada. Isso porque o contrato de estágio não se equipara ao contrato de emprego, não gerando o vínculo empregatício. É o que prevê art. 3º da Lei 11.788/08: “Art. 3º O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:” Desta feita, observe que apenas Rogéria e Fabiane possuem garantia no emprego, enquanto Roberta não terá, pois o estágio não gera vínculo empregatício. Logo, a alternativa B está correta. As alternativas A, C e D ficam, pois, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 74. Pedro e Vitor trabalham na mesma sociedade empresária. Em 2023, Pedro foi convocado para prestar serviço militar obrigatório e Vitor sofreu um grave acidente de trabalho, que exigiu seu afastamento do emprego por um ano. Sobre o tempo de serviço dos dois empregados, considerando os fatos narrados e o que dispõe a CLT, assinale a afirmativa correta.

a) Ambos os empregados terão computado o tempo de afastamento na contagem de tempo de serviço para efeito de indenização.

b) Somente Pedro terá computado o tempo de serviço militar na contagem de tempo de serviço para efeito de indenização.

c) Nenhum dos empregados terá computado o tempo de afastamento na contagem de tempo de serviço para efeito de indenização.

d) Apenas Vitor terá computado o tempo de serviço militar na contagem de tempo de serviço para efeito de indenização.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema tempo de serviço.

A alternativa A está correta. Conforme art. 4º, § 1º, da CLT: “Art. 4º. (...) § 1º Computar-se-ão, na contagem de tempo de serviço, para efeito de indenização e estabilidade, os períodos em que o empregado estiver afastado do trabalho prestando serviço militar e por motivo de acidente do trabalho.” Assim, tanto Pedro quanto Vitor terão computado o tempo de afastamento na contagem de tempo de serviço para efeito de indenização. Portanto, a alternativa A está correta. As alternativas B, C e D ficam, pois, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 75. Constantino é empregado em uma indústria de fabricação de móveis. O empregador ficou ciente de que o Ministério Público Estadual apresentou denúncia contra Constantino pela prática de fato típico, antijurídico e culpável, praticado durante uma assembleia de condomínio contra um morador do mesmo prédio. A denúncia foi recebida pelo juiz criminal e o processo penal teve início. A sociedade empresária consulta você, como advogado(a), para saber que efeito jurídico essa situação terá no contrato de trabalho. De acordo com a legislação em vigor, assinale a afirmativa que, corretamente, apresenta sua resposta.

- a) O contrato de trabalho de Constantino ficará suspenso pelo recebimento da denúncia.
- b) O recebimento da denúncia é falta grave que automaticamente ensejará a extinção do contrato por justa causa.
- c) Nenhuma consequência haverá no contrato de trabalho, porque a presunção é de inocência.
- d) O contrato de trabalho ficará interrompido e Constantino será considerado licenciado até o término da ação penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema rescisão do contrato de trabalho.

A alternativa A está incorreta. Não é causa de suspensão do contrato de trabalho, posto que não existe tal hipótese na CLT.

A alternativa B está incorreta. Não há de se falar em extinção do contrato de trabalho por justa causa, pois não houve condenação transitada em julgada, conforme exige art. 482, alínea “d”, da CLT, acima colacionado.

A alternativa C está correta. Conforme art. 482, alínea “d”, da CLT: “Art. 482 - Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador: (...) d) condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;” Portanto, no caso narrado pelo enunciado e levando em consideração o dispositivo acima colacionado, é possível dizer que não haverá consequência ao contrato de trabalho de Constantino, posto que o processo criminal apenas teve início, não tendo havido ainda condenação transitada em julgado. Logo, presume-se sua inocência. Assim, a alternativa C está correta.

A alternativa D está incorreta. Não é causa de interrupção do contrato de trabalho, posto que não existe tal hipótese no rol do artigo 473 e nem em nenhum outro dispositivo da CLT.

QUESTÃO 76. Em determinada reclamação trabalhista, o recurso ordinário interposto pela ex-empregadora encontra-se pendente de julgamento e alcança todo o objeto da condenação. Para agilizar o procedimento, o reclamante iniciou a execução provisória do julgado, apresentando os cálculos de liquidação pertinentes, que foram submetidos à análise do adversário, da contadoria do juízo e, depois, homologados por serem reputados corretos. O juiz concedeu 48

horas para que a sociedade empresária depositasse a quantia nos autos, o que foi cumprido. Logo depois o exequente peticionou a liberação do valor homologado a seu favor. Diante desses fatos e do disposto na CLT, assinale a afirmativa correta.

- a) Inviável a pretensão, porque a execução provisória fica limitada ao bloqueio ou à penhora.
- b) É possível a liberação, desde que o trabalhador assine um termo de compromisso garantindo que devolverá a quantia caso a decisão seja revertida pelo Tribunal.
- c) Tendo o crédito trabalhista natureza alimentar, o juiz poderá liberar o valor sem qualquer condição.
- d) Na Justiça do Trabalho, como regra, os recursos têm efeito suspensivo, de modo que não é possível a execução provisória, havendo evidente falha do juiz.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema execução trabalhista.

A alternativa A está correta. Conforme art. 899, caput, da CLT: “Art. 899 - Os recursos serão interpostos por simples petição e terão efeito meramente devolutivo, salvo as exceções previstas neste Título, permitida a execução provisória até a penhora.”

As alternativas B e C estão incorretas. Não há tais disposições na CLT.

A alternativa D está incorreta. Conforme art. 899 da CLT, acima colacionado, os recursos, em processo do trabalho, terão, em regra, efeito meramente devolutivo.

QUESTÃO 77. Pedro é advogado e sua audiência está marcada para as 17 horas, mas ele está preocupado, porque já são 16h30, sua audiência não foi apregoada e ele viu, pela pauta, que ainda há três processos complexos de instrução para serem apreciados pelo magistrado que são anteriores ao seu, sendo certo que o início da pauta de audiências se deu às 14 horas. Considerando os fatos narrados e o que dispõe a CLT, assinale a afirmativa correta.

- a) A audiência de Pedro ocorrerá independentemente do horário em que as anteriores terminarem.
- b) Cada juiz determina o horário de término de suas audiências.
- c) As audiências devem ocorrer até as 18 horas, salvo situação urgente.
- d) As audiências devem ser paralisadas às 17h30.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema audiências em processo do trabalho.

Conforme art. 813 da CLT: “Art. 813 - As audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho serão públicas e realizar-se-ão na sede do Juízo ou Tribunal em dias úteis previamente fixados, entre 8 (oito) e 18 (dezoito) horas, não podendo ultrapassar 5 (cinco) horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente.” Por tanto, no caso narrado pelo enunciado, as audiências deverão ocorrer até as 18h, salvo situação urgente. Logo, a alternativa C está correta. Ressalte-se que, se até 30 minutos após a hora marcada, a audiência, injustificadamente, não tiver sido iniciada, as partes e os advogados poderão retirar-se e a audiência será remarcada para a data mais próxima possível. É o que determinam §§ 2º e 3º do art. 815 da CLT. Vejamos: “§ 2º Se, até 30 (trinta) minutos após a hora marcada, a audiência, injustificadamente, não houver sido iniciada, as partes e os advogados poderão retirar-se, consignando seus nomes, devendo o ocorrido constar do livro de registro das audiências. § 3º Na hipótese do § 2º deste artigo, a audiência deverá ser remarcada pelo juiz ou presidente para a data mais próxima possível, vedada a aplicação de qualquer penalidade às partes.” Assim sendo, as alternativas A, B e D ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 78. Tereza ajuizou reclamação trabalhista contra o seu ex-empregador, que foi julgada totalmente procedente, com a concessão de 10% de honorários advocatícios sucumbenciais. Transitado em julgado sem interposição de recurso, o juiz determinou que o calculista da Vara calculasse o valor da dívida. As partes verificaram as contas elaboradas, sem haver discordância. Ocorre que, dez dias depois, sem que o executado ainda tivesse sido citado para pagar a dívida, você, como advogado(a) de Tereza, revisitou os cálculos de liquidação da Contadoria e notou que, por falha involuntária, os honorários advocatícios sucumbenciais não haviam sido incluídos na conta, e que o prazo para impugnação da sentença de liquidação já havia transcorrido. Sobre os honorários advocatícios, considerando os fatos narrados e o que dispõe a CLT, assinale a afirmativa correta.

- a) O advogado de Tereza perdeu o direito aos honorários.**
- b) O causídico ainda poderá perseguir os honorários, mas deverá fazê-lo em ação própria.**
- c) Os honorários poderão ser incluídos na conta, se houver concordância expressa do executado.**
- d) Os honorários, por se tratar de erro material de cálculo, poderão ser incluídos na conta, mesmo após o prazo para impugnação.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema execução.

A alternativa D está correta. A fixação dos honorários em 10% foi corretamente realizada, na forma do art. 791-A da CLT. Vejamos: “Art. 791-A. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.” Dito isso, observe que, na situação narrada, houve apenas um erro material de cálculo. Neste caso, o CPC indica que o juiz poderá, sim, realizar alterações. Vejamos o que diz o artigo 494, I, do CPC: “Art. 494. Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la: I - para corrigir-lhe, de ofício ou a requerimento da parte, inexatidões materiais ou

erros de cálculo;" No mesmo sentido, é a jurisprudência dos Tribunais. Vejamos Agravo de Instrumento julgado pelo TJ-SP: "AGRAVO DE INSTRUMENTO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA INDIVIDUAL EM AÇÃO COLETIVA - OBRIGAÇÃO DE PAGAR - HOMOLOGAÇÃO DO VALOR OFERTADO - POSTERIOR ALEGAÇÃO DE ERRO MATERIAL NOS CÁLCULOS APRESENTADOS - Decisão que rejeitou a alegação de erro material na memória de cálculo pelo exequente - Reforma - Erro material caracterizado - Cálculo apresentado sem correção monetária, juros de mora etc. - Erro de fácil constatação - Renovação do prazo para impugnação - Respeito ao contraditório - Prejudicado o pedido de fixação de honorários advocatícios - Precedentes - Decisão reformada, em parte. - Recurso parcialmente provido. (Tribunal de Justiça de São Paulo TJ-SP - Agravo de Instrumento: XXXXX-27.2022.8.26.0000)." As alternativas A, B e C ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 79. Em sede de reclamação trabalhista, a decisão deferindo horas extras para o autor transitou em julgado. Após a liquidação de sentença e fixado o débito em R\$ 10.000,00, a sociedade empresária que é ré foi intimada a pagar. Ocorre que, você, advogado(a) da sociedade empresária ré, entendeu que os valores estavam incorretos. Seu cliente teve um veículo penhorado para garantir a execução. Você apresentou embargos à execução tempestivamente, contestados pela parte contrária. O juiz julgou improcedente sua alegação e manteve o valor. Seu cliente lhe perguntou se haveria mais alguma medida para discutir o valor. Admitindo que você foi notificado da decisão na data de ontem e que ela não contém nenhum vício processual formal, assinale a opção que indica o recurso cabível.

a) Agravo de Instrumento.

b) Agravo de Petição.

c) Ordinário.

d) Recurso de Revista.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema recursos em processo do trabalho.

O recurso cabível contra a decisão que julga os embargos à execução é o agravo de petição, conforme art. 897, alínea "a", da CLT. Vejamos: "Art. 897 - Cabe agravo, no prazo de 8 (oito) dias: a) de petição, das decisões do Juiz ou Presidente, nas execuções;". Portanto, a alternativa B está correta. As alternativas A, C e D ficam, pois, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 80. Pietro está sendo executado na Justiça do Trabalho e, em seu processo, o juiz acionou todas as ferramentas tecnológicas disponíveis para tentar apreender dinheiro ou bens, mas não teve sucesso. Como última e radical tentativa de coerção, o exequente requereu a suspensão do passaporte de Pietro, o que foi deferido pelo magistrado e cumprido. Inconformado, Pietro o contratou como advogado(a) e você impetrou habeas corpus para garantir o direito de locomoção do seu cliente, comprovando que ele adquiriu passagem aérea

para uma viagem ao exterior, mas que estava impossibilitado de deixar o território nacional. Em decisão colegiada, o TRT negou, no mérito, o salvo conduto a Pietro, e, em razão disso, você pretende recorrer da decisão. Assinale a opção que indica a medida judicial correta que você deverá apresentar e para que órgão.

a) Recurso Ordinário para o TST.

b) Agravo de Petição para o STJ.

c) Recurso de Revista para o TST.

d) Agravo de Instrumento para o TRT da Região.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema recursos em processo do trabalho.

Observe que, no caso narrado, houve a impetração de habeas corpus no TRT, posto que esta é uma ação originária do tribunal. De acordo com a doutrina: “Logo, nas hipóteses de competência originária, perante o acórdão proferido pelo TRT, caberá Recurso Ordinário, sendo que a propositura de Recurso de Revista considera-se erro grosseiro, conforme OJ nº 152 da SDI-II/TST.” (FERREIRA, Priscila. Direito Processual do Trabalho para a 1ª Fase do Exame de Ordem (OAB) - Exame 41. Estratégia OAB, 2024; Cap. 21.2 - Livro Digital Interativo). Portanto, havendo uma ação originária de TRT, o recurso cabível será o Recurso Ordinário para o TST, conforme art. 895, II, da CLT: “Art. 895 - Cabe recurso ordinário para a instância superior: (...) II - das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de 8 (oito) dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos.” Logo, a alternativa A está correta. As alternativas B, C e D ficam, pois, automaticamente incorretas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreirajuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica) / [yasminushara](https://www.instagram.com/yasminushara)